



EDITAL DA CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 008/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 302/2026

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SETE BARRAS**, estabelecida à rua José Lopes, nº 35, centro, Sete Barras/SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 46.587.275/0001-74, através do Secretário Municipal de Administração, usando da competência delegada pelo Prefeito Municipal, torna público para o conhecimento dos interessados, que se acha aberta, nesta unidade uma licitação na modalidade de **CONCORRÊNCIA** na forma **PRESENCIAL**, tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, objetivando a Contratação de Empresa Especializada para a Execução de Serviços de Manutenção Corretiva, Preventiva, Poda de Árvores e Ampliação do Sistema de Iluminação Pública, abrangendo 1.511 Pontos de Iluminação, Localizados nas Áreas Urbana e Rural no município de Sete Barras/SP.

Justificativa pela escolha da modalidade "**Concorrência Presencial**"

Considerando que:

- O município de Sete Barras possui 12.730 habitantes, conforme senso IBGE 2022 (<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/sete-barras.html>).

- A Lei Federal nº 14.133/2021, em seu artigo 17, §2º, estabelece a preferência pela forma eletrônica de licitação, mas permite a forma presencial mediante justificativa.

- O artigo 176, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 dispensa municípios com até 20.000 habitantes de realizar licitações eletrônicas até 1º de abril de 2.027, faixa essa, como visto, em que se enquadra o município de Sete Barras.

A Prefeitura Municipal de Sete Barras, com base no artigo 176, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, opta por realizar a presente concorrência pública de forma presencial, mediante a seguinte justificativa:

1. Dispensa Legal: O município de Sete Barras/SP, por possuir menos de 20.000 habitantes, está dispensado de realizar licitações eletrônicas até 1º de abril de 2027, conforme o artigo 176, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

2. Razões de Eficiência e Interesse Público: A realização da licitação de forma presencial, com a sessão pública gravada em áudio e vídeo, permitirá:

- Maior interação e participação dos licitantes: A presença física na sessão pública possibilita o debate e esclarecimento de dúvidas de forma mais dinâmica, promovendo a participação de um número maior de empresas, inclusive as de menor porte, que podem ter dificuldades com o uso de ferramentas eletrônicas.

- Transparência e controle social: A gravação da sessão pública em áudio e vídeo garante a transparência do processo licitatório, permitindo o acompanhamento e fiscalização por parte dos órgãos de controle e da sociedade em geral.

- Fortalecimento da economia local: A participação de empresas locais na licitação presencial pode ser facilitada, contribuindo para o desenvolvimento econômico do município.

3. Adequação ao objeto da licitação: A natureza do objeto consiste na Contratação de Empresa Especializada para a Execução de Serviços de Manutenção Corretiva, Preventiva e poda de árvores do Sistema de Iluminação Pública na zona rural e zona urbana do município de Sete Barras/SP, abrangendo 1.511 pontos de iluminação pública, demanda análise técnica detalhada das condições de execução das especificações dos serviços, dos materiais empregados, da logística de atendimento das particularidades locais do sistema instalado. Tais aspectos podem ser mais adequadamente avaliados em sessão presencial, possibilitando a apresentação de documentos e o esclarecimento de questões técnicas por parte das licitantes.

Diante do exposto, a Prefeitura Municipal de Sete Barras, amparada na legislação vigente e visando atender ao interesse público, decide realizar a presente Concorrência Pública de forma Presencial, com a sessão pública gravada em áudio e vídeo, garantindo a transparência e a participação de todos os interessados.

A Administração não emitirá qualquer nota de empenho sem a prévia existência do respectivo crédito orçamentário.

O procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, a Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, com as alterações posteriores e Decreto Municipal nº 1.361/2024

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante.

A sessão de processamento da Concorrência será realizada na Prefeitura Municipal de Sete Barras – Departamento de Compras e Licitações, sito a rua José Lopes, nº 35, centro – Sete Barras/SP, iniciando-se no dia **28/04/2026**, a partir das **10:00 horas** e será conduzida pelo Agente de Contratação com o auxílio da Equipe de Apoio, designados pela Portaria Municipal nº 002/2026 de 05 de janeiro de 2.026.

Os Envelopes contendo a Proposta e os documentos de Habilitação serão recebidos no endereço acima mencionado, na sessão pública de processamento da Concorrência, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame.



Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação da municipalidade em sentido contrário.

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA, PREVENTIVA, PODA DE ARVORES E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, ABRANGENDO 1.511 PONTOS DE ILUMINAÇÃO, LOCALIZADOS NAS ÁREAS URBANA E RURAL NO MUNICÍPIO DE SETE BARRAS/SP, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. O serviço previsto neste Edital e seus anexos dele sendo partes integrantes serão executados de acordo com as especificações e quantitativos estimados, constantes dos documentos a seguir mencionados, de suas transcrições totais ou parciais e deverão ser rigorosamente obedecidos na apresentação da documentação e elaboração da proposta.

2. DO RECURSO FINANCEIRO

2.1. A despesa decorrente do presente procedimento licitatório será arcada com recurso financeiro, na dotação abaixo discriminada:

UNIDADE EXECUTORA 02.02.02 – FUNDO MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA; FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 25.7520004.2024 – MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA; ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar da licitação, nos termos deste Edital, isoladamente ou em consórcio, pessoas jurídicas nacionais que atendam ao conjunto de exigências deste Edital.

3.2. A licitante caracterizada como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (ME), nos termos do art. 3º, da Lei Complementar nº 123/2006, deverá declarar essa condição, sob pena de não serem reconhecidos os privilégios estabelecidos nos artigos 42 a 45 da referida lei.

3.3. Nos termos do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021, não poderão participar desta licitação a(s) licitante(s), direta ou indiretamente, que apresentem as seguintes restrições:

- a) aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s)
- b) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- c) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- d) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- e) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º (terceiro) grau;
- f) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976, concorrendo entre si;
- g) pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- h) pessoa jurídica em processo de recuperação judicial/extrajudicial ou falência e concordata remanescente, insolvência civil, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- h.1.) no caso de pessoa jurídica que esteja em regime de recuperação judicial ou extrajudicial, sua participação na Licitação será admitida, desde que demonstrada, na fase de habilitação, a sua capacidade econômico-financeira, mediante a comprovação da aprovação do plano de recuperação judicial devidamente aprovado e homologado pelo juízo competente, em conjunto com os documentos de Habilitação.
- i) agente público do órgão ou entidade licitante.

3.4. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme §1º do art. 9º da Lei Federal nº 14.133/2021.



3.4.1. O impedimento de que trata o item acima será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.5. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens acima poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.6. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.7. A participação na licitação implica a integral e incondicional aceitação de todos os termos, disposições e condições deste Edital e seus anexos, bem como das demais normas aplicáveis à licitação, não sendo aceita, sob qualquer hipótese, alegação de seu desconhecimento, em qualquer das fases: licitação, contratação e execução dos serviços.

4. DA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO

4.1. A participação sob a forma de Consórcio deverá atender o disposto no art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como no art. 19 da Lei Federal nº 8.987/1995, além de observar as seguintes condições:

4.1.1. Cada empresa consorciada deverá atender individualmente às exigências relativas à habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, nos termos deste Edital.

4.2. Não será permitida a participação de um mesmo licitante ou de quaisquer controladas, controladoras, coligadas ou empresas de controle comum como consorciado em mais de um consórcio, ou individualmente em mais de uma Proposta Comercial.

4.3. Somente se admitirá a participação de controladas, controladoras, coligadas ou empresas de controle comum de um mesmo Licitante, quando estiverem no mesmo consórcio, sendo tal disposição aplicável para fundos de investimento, incluindo-se os seus respectivos gestores.

4.4. O consórcio poderá ser composto por até 03 (três) empresas consorciadas.

4.4.1. O disposto no item 4.4. decorre das análises técnicas prévias à licitação, na medida em que o objeto da Concorrência Pública aqui tratada é revestido de um elevado grau de complexidade. Além disso, a permissão ilimitada de empresas reunidas em consórcio põe em risco a competitividade e o andamento do certame, já que um só consórcio ilimitado poderia reunir diversas empresas, reduzindo o número de participantes concorrentes. Assim, a limitação evita o fracionamento excessivo de responsabilidades, favorecendo a expertise na prestação do serviço, a competitividade e o regular andamento no processo licitatório.

4.5. A(s) Microempresa(s) e a(s) Empresa(s) de Pequeno Porte integrante(s) de consórcio somente usufruirão dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006, se consorciadas exclusivamente entre si, desde que não se enquadrem nas situações previstas no art. 3º, § 4ª da Lei Complementar 123/2006 e o somatório das receitas brutas de suas integrantes seja igual ou inferior ao valor máximo estabelecido na referida Lei Complementar e suas alterações.

4.6. Não serão admitidas a inclusão, a substituição, a retirada ou a exclusão dos consorciados até a celebração do Contrato, a partir do que deverão ser para todos os efeitos, as regras de transferência da concessão e de transferência do controle da Concessionária previstas no contrato.

4.7. A desclassificação ou a inabilitação de qualquer consorciado acarretará a desclassificação ou a inabilitação automática do consórcio da presente licitação.

4.8. Os integrantes do consórcio serão solidariamente responsáveis perante o Poder Concedente pelos atos praticados durante a licitação.

4.9. A responsabilidade solidária dos consorciados cessará, para fins das obrigações assumidas em virtude da presente licitação, no caso de o consórcio não ter sido o licitante vencedor, em até 30 (trinta) dias contados da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Município.

5. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA (ME) E EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)

5.1. Para a obtenção dos benefícios referentes à legislação acima citada a licitante deverá apresentar documentos que comprovem que as mesmas se encontra enquadrada no porte de Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP).

5.2. Entende-se por Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), àquela enquadrada nos limites determinados no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, com a atualização pela Lei Complementar nº 155/2016.

5.3. Se a participante do certame for Empresa de Pequeno Porte ou Microempresa, devidamente comprovada, deverá apresentar toda a documentação exigida, inclusive os referentes à regularidade fiscal, mesmo que apresente alguma restrição, cuja exigência far-se-á apenas para os fins de assinatura do contrato, conforme estabelece a Lei Complementar nº 123/2006, com a atualização pela Lei Complementar nº 155/2016.

5.4. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for comunicado oficialmente que foi declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais Certidões Negativas ou Positivas com Efeito de Certidão Negativa.



5.5. A não regularização da documentação, no prazo previsto no §1º do artigo 43 da Lei Complementar nº 147/2014, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no §5º do artigo 90 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar a licitante remanescente, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

6. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

6.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, sem prejuízo da faculdade prevista no §4º do artigo 170 da Lei Federal nº 14.133/2021;

6.2. Decairá do direito de impugnar os termos do Edital de licitação perante a Administração, a licitante interessada que não o fizer até o 2º (segundo) dia útil que anteceder à abertura dos Envelopes. As razões de impugnação devem ser protocolizadas no Departamento de Protocolo da Prefeitura Municipal de Sete Barras, via correios ou no e-mail: licitacao@setebarras.sp.gov.br dentro do horário de expediente de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas.

6.3. A impugnação feita tempestivamente pela licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

6.4. Caberá ao Agente de Contratação, auxiliado pelo órgão de assessoramento jurídico, decidir sobre a impugnação no prazo de 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

6.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

6.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

6.7. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação nos autos do processo de licitação.

6.8. A resposta ao pedido de esclarecimento será divulgada no site oficial e vincularão a licitante e a Administração.

6.9. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio eletrônico: www.setebarras.sp.gov.br, sendo de responsabilidade da licitante, seu acompanhamento.

6.10. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal ou no caso de empresa, que esteja inscrita por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente;

6.11. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária ou procurador e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

7. DO CREDENCIAMENTO

7.1. No local, data e horário indicados no preâmbulo deste Edital, o Agente de Contratação instalará a sessão pública para receber os documentos Envelopes nº 01 – Proposta e Envelope nº 02 - Habilitação e a Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação, de acordo com o modelo constante no Anexo V, do Edital, que deverá ser apresentada fora dos referidos Envelopes e na sequência, o Agente de Contratação procederá ao credenciamento do(s) representante(s) da(s) licitante(s).

7.1.1. Para o caso de Microempresa(s) e Empresa(s) de Pequeno Porte, para obtenção dos benefícios, conforme art. 4º, § 2º da Lei Federal nº 14.133/2021, a licitante deverá apresentar declaração que é Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e que no ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, cujos termos declara conhecer na íntegra, que deverá ser feita de acordo com o modelo estabelecido no anexo VII deste Edital e apresentada fora dos Envelopes nº 01 e nº 02;

7.2. Por ocasião da fase de credenciamento da(s) licitante(s), deverá(ão) ser apresentado(s) os seguintes documentos:

7.2.1. Quanto aos representantes:

a) Tratando-se de representante Legal (sócio, proprietário, dirigente ou assemblado), instrumento constitutivo da empresa registrado na Junta Comercial ou tratando-se de sociedade simples, o ato constitutivo registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

b) Tratando-se de Procurador: instrumento público ou particular de procuração ou de credenciamento (conforme Modelo - Anexo IV), preferencialmente com firma reconhecida ou acompanhada de documento de procuração ou carta de credenciamento (conforme Modelo - Anexo VII), preferencialmente com firma reconhecida ou acompanhada de documento de identidade do outorgante para conferência. O documento deve conferir poderes específicos para formular ofertas e lances, negociar preços, interpor recursos e desistir de sua interposição, bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame. No caso de instrumento particular, deverá ser apresentado também o instrumento constitutivo da empresa na forma da alínea “a”;



PREFEITURA DE SETE BARRAS
“ O O U R O V E R D E D O V A L E ”

b.1.) Será permitida a identificação por meio de assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICPBrasil), desde que possível sua conferência.

c) O representante (legal ou procurador) da empresa interessada deverá identificar-se exibindo documento oficial que contenha foto;

d) O licitante que não possuir representante na sessão ou, ainda presente, não puder praticar ato em seu nome por conta da apresentação de documentação defeituosa, ficará impedido de participar da fase de lances verbais, de negociar preços, de declarar a intenção de interpor ou de renunciar ao direito de interpor recurso, ficando mantido, portanto, o preço apresentado na proposta escrita, que há de ser considerada para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço.

7.3. Encerrada a fase de credenciamento pelo Agente de Contratação, não serão admitidos credenciamento(s) de eventual(is) licitante(s) retardatário(s).

7.4. É vedada a representação de mais de um licitante por uma mesma pessoa;

7.4.1. Em caso excepcional a empresa licitante poderá substituir o representante credenciado, apresentando novo credenciamento, desde que revogado o anterior.

7.5. A sessão será pública e poderá ser assistida por qualquer pessoa, mas somente será admitida a manifestação dos representantes devidamente credenciados. Não serão permitidas atitudes desrespeitosas que causem tumultos ou perturbem o bom andamento dos trabalhos, sob pena de retirada do infrator.

7.6. A entrega dos Envelopes ao Agente de Contratação da licitação implica na aceitação, pela licitante, de todas as normas e condições estabelecidas neste Edital, bem como implica a obrigatoriedade de manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, obrigando-se a licitante a declarar, sob as penas da lei, a superveniência de fato impeditivo a participação, quando for o caso.

7.7. Após o credenciamento dos presentes, o Agente de Contratação procederá à abertura dos Envelopes nº 01 – Proposta e os documentos neles contidos serão verificados e rubricados pelo(s) representante(s) da(s) licitante(s) e pelos membros da Comissão Permanente de Contratação e serão juntados ao respectivo processo administrativo

8. DO REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

8.1. O certame será conduzido pelo condutor, o Agente de Contratação, que terá em especial as seguintes atribuições:

- a) conduzir a sessão pública;
- b) receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao Edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;
- c) verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no Edital;
- d) coordenar a sessão pública e os lances ofertados;
- e) verificar e julgar as condições de habilitação;
- f) sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;
- g) receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;
- h) indicar a vencedora do certame;
- i) conduzir os trabalhos da Equipe de Apoio;
- j) encaminhar o processo devidamente instruído à Autoridade Competente e propor a sua homologação;
- k) poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, a fim de subsidiar sua decisão.

9. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1. A Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação, de acordo com modelo estabelecido no Anexo V do Edital, deverá ser apresentada fora dos Envelopes nº 01 e nº 02.

9.2. A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 02 (dois) envelopes fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

**A PREFEITURA MUNICIPAL DE SETE BARRAS
ENVELOPE Nº 01 – “PROPOSTA DE PREÇOS”
CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 008/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 302/2026
RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO:
COMPLETO DA PROPONENTE:**

**A PREFEITURA MUNICIPAL DE SETE BARRAS
ENVELOPE Nº 02 – “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”
CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 008/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 302/2026
RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO:
COMPLETO DA PROPONENTE:**



9.3. Os documentos constantes dos envelopes deverão ser apresentados em 01 (uma) via redigida com clareza, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem rasuras ou entrelinhas que prejudiquem sua análise.

9.4. A proposta deverá estar rubricada em suas páginas, datada e assinada na última folha e rubricada nas demais pelo representante legal;

9.5. A proponente somente poderá apresentar uma única proposta podendo concorrer por quantos itens for de ser interesse.

9.6. Os documentos de habilitação (Envelope nº 02) poderão ser apresentados em original, por cópia simples, cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor municipal ou por meio de publicação em órgão da imprensa oficial e inclusive expedidos via Internet;

9.7. A aceitação da documentação por cópia simples de documento público ou particular ficará condicionada à apresentação do original ao Agente de Contratação e a Equipe de Apoio para a devida autenticação ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

9.7.1. Os documentos expedidos via Internet e inclusive aqueles outros apresentados terão, sempre que necessário, suas autenticidades/validades comprovadas por parte do Agente de Contratação;

9.8. Inexistindo prazo de validade nas certidões, serão aceitas aquelas cujas expedições/emissões não ultrapassem a 180 (cento e oitenta) dias da data final para a entrega dos envelopes.

10. DO ENVELOPE Nº 01 - “PROPOSTA DE PREÇOS”

10.1. A proposta de preço da licitante deverá conter os seguintes elementos:

- a) nome da proponente, endereço, CNPJ/MF e inscrição Estadual/Municipal;
- b) número do processo e da concorrência;
- c) descrição de forma clara e sucinta do objeto da presente licitação, em conformidade com as especificações do Anexo I deste Edital;
- d) preço unitário e total, em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso, com apenas duas casas decimais depois da vírgula, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, deslocamento, equipamentos, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o objeto da presente licitação, inclusive alimentação de funcionário da Contratada, observada a legislação vigente;
- e) prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias;
- f) condições de pagamento: conforme item abaixo;
- g) informações de agência e número de conta da licitante, onde serão efetuados os pagamentos do objeto, caso seja vencedor.

10.2. Na presente licitação, as Microempresa e as Empresas de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, desde que observado o disposto na legislação vigente (art. 17 e art. 18 da Lei Complementar nº 123/2006).

10.3. A validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação. Se a proposta não informar este prazo será esta a validade considerada.

10.4. Havendo divergência entre valores unitários e valores totais, prevalecerão os valores unitários. Havendo divergência entre valores numéricos e valores por extenso, prevalecerão os valores por extenso.

10.5. Ser apresentada sem emendas ou rasuras, com preços expressos em moeda corrente nacional, utilizando apenas duas casas decimais após a vírgula (Lei Federal nº 9.069/1995), discriminados por item, em algarismo (unitário e total). Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

10.6. O preço ofertado, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

10.7. O preço ofertado inclui todos os Custos Diretos (CD) e Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) que se refiram ao objeto licitado, tais como: materiais e mão-de-obra; serviços de terceiros aplicados à própria obra ou em atividade de apoio (p.e. vigilância e transporte); margem de lucro da proponente, locações de máquinas, equipamentos ou de imóveis e instalações auxiliares à obra; tarifas de água, energia elétrica e telecomunicações; seguros, legal ou contratualmente exigidos; encargos sociais e trabalhistas; tributos federais, estaduais e municipais incidentes sobre a atividade econômica ou a obra em si; multas aplicadas pela inobservância de normas e regulamentos; alojamentos e alimentação; vestuário e ferramentas; equipamentos de proteção individual e de segurança; depreciações e amortizações; despesas administrativas e de escritório; acompanhamento topográfico da obra; testes laboratoriais ou outros exigíveis por norma técnica, entre outros.



10.8. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos 12 (doze) meses.

10.9. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

10.10. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme artigo 17, inciso XII, da Lei Complementar nº 123/2006.

10.11. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste Edital, sejam omissas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento ou ainda os manifestamente inexequíveis, comparados aos preços de mercado.

10.12. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido sua substituição.

10.13. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos na proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer outro título, devendo os itens serem fornecidos sem ônus adicionais.

10.14. Deverá constar na proposta ou em anexo a ela declaração de que sua proposta comercial compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme disposto no parágrafo §1º artigo 63º da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme modelo constante no Anexo II – Modelo Proposta Comercial.

10.15. A não apresentação das Declarações/Informações mencionadas acima ensejará na desclassificação da licitante.

10.16. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a preço, pagamento, prazo ou qualquer condição que importe a modificação dos termos originais. Serão corrigidas automaticamente pelo Agente de Contratação quaisquer erros de soma e/ou multiplicação. Havendo divergência entre os valores, prevalecerá o Menor Preço Global.

10.17. O descumprimento das regras supramencionadas pela Contratante por parte da Contratada pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do artigo 71, inciso IX, da Constituição ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa Contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

10.18. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Agente de Contratação.

10.19. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante.

10.19.1. A licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

10.20. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido sua substituição.

10.21. No envelope proposta deverá constar a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, conforme estabelecido no art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.21.1. A garantia de proposta deverá ser de **1% (um por cento)** do valor estimado para a contratação.

10.21.2. A garantia de proposta poderá ser prestada nas modalidades de que trata o §1º do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

11.1. Os documentos contidos no Envelope nº 01 – PROPOSTA, serão analisados pelo Agente de Contratação, que verificará a exatidão das operações aritméticas realizadas pela licitante e procederá às correções correspondentes, caso necessário, com vistas à apuração do valor final a ser considerado para fins de julgamento da proposta:

a) Em caso de discrepância entre valores, o Agente de Contratação tomará como corretos os valores unitários informados pela licitante na Planilha de Preços unitários e totais.

b) Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pela licitante, no prazo indicado pelo Agente de Contratação, desde que não haja majoração do preço proposto.



11.2. Será **desclassificada** a proposta que:

- a) estiver em desacordo com qualquer das exigências estabelecidas neste Edital;
- b) conter vícios ou ilegalidades, for omissa ou apresentar irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;
- c) não apresentar as especificações técnicas previstas no Temo de Referência e demais documentos que integram o presente Edital;
- d) apresentar preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não tenham sua viabilidade demonstrada por meio de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto;

11.3. Considera-se manifestamente inexequível a proposta cujo valor global seja inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Secretaia.

11.4. Na hipótese do item 11.2, alínea "d" será facultado à licitante comprovar, no prazo assinalado pelo Agente de Contratação, a viabilidade dos preços constantes em sua proposta, sob pena de desclassificação.

11.5. Formulada por licitante participante de cartel, conluio ou qualquer acordo oclusivo voltado a fraudar ou frustrar o caráter competitivo do presente certame licitatório.

11.6. A proposta vencedora que for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela administração deverá conter garantia adicional, conforme previsto no artigo 59, §5º da Lei Federal nº 14.133/2021, podendo optar por uma das modalidades previstas no artigo 96 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.7. O Agente de Contratação poderá a qualquer momento solicitar à licitante a composição dos preços unitários dos serviços, materiais ou equipamentos, bem como os demais esclarecimentos que julgar necessários para analisar a aceitabilidade da proposta, em atendimento ao estabelecido no artigo 59 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.8. Não serão consideradas, para fins de julgamento da proposta, ofertas de vantagem não prevista neste instrumento convocatório, baseadas nas propostas das demais licitantes ou que apresentem prazos ou condições diferentes dos fixados neste Edital.

11.9. O julgamento das propostas será efetuado pelo Agente de Contratação, que elaborará a lista de classificação provisória observando a ordem crescente dos preços apresentados.

11.10. Havendo empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate estabelecidos no artigo 60 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.11. Na hipótese de desclassificação de todas as propostas o Agente de Contratação dará o certame por encerrado, devidamente lavrado em Ata da Sessão.

11.12. O Agente de Contratação poderá suspender a sessão pública para analisar os documentos apresentado no Envelope nº 01 – Proposta, marcando, na mesma oportunidade, nova data e horário em que retomará os trabalhos, que serão imediatamente informado à licitante.

12. DO ENVELOPE Nº 02 - DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

12.1. Encerrada a análise e aceitação da proposta de preço, será analisada a documentação de habilitação da licitante melhor classificada, nos termos do inciso II, artigo 63 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.2. Após a entrega dos documentos para habilitação não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência.

12.3. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pela licitante e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

12.4. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

12.5. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.6. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

12.7. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação da licitante será verificada em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica-financeira e habilitação técnica.

12.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.



12.9. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz e se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.10. Serão aceitos registros de CNPJ/MF de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

12.11. A licitante deverá apresentar a sua documentação em um envelope fechado, com as indicações abaixo:

O Envelope HABILITAÇÃO deverá conter:

12.11.1. **HABILITAÇÃO JURÍDICA** (artigo 68, Lei Federal nº 14.133/2021)

- a) Documentação apresentada no Credenciamento, **NÃO** precisará ser reapresentada no Envelope de Habilitação.
- b) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais ou outro ato constitutivo de empresa registrado em órgão competente;
- d) Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea "c", deste subitem;
- e) Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- f) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.

12.11.2. **REGULARIDADE FISCAL** (artigo 68, Lei Federal nº 14.133/2021)

- a) Prova de inscrição ativa no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF);
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, pela apresentação da certidão conjunta relativa aos Tributos e Contribuições Federais, à Dívida Ativa da União e à Prova de Regularidade com a Seguridade Social (INSS), expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional da Secretaria da Receita Federal;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, mediante a apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado;
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante dentro do prazo de validade;
- f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- g) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, pela apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943, de forma a comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante o referido órgão. (Incluído pela Lei nº 12.440 de 2011);
- h) Declaração da licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que não possui no seu quadro de funcionários, menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer tipo de trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos, conforme preceitua o inciso XXXIII, artigo 7º da Constituição Federal c/c o inciso VI do Artigo 68 da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, conforme modelo do Anexo VI;
- i) Todas as "Certidões Negativas" exigidas nas alíneas de "c" a "g", poderão ser apresentadas e aceitas ainda que no formato de "Certidão Positiva com Efeito de Negativa".

12.11.3. **HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA** (artigo 69 da Lei Federal nº 14.133/2021)

- a) Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. No caso de não indicação da vigência na respectiva certidão, será considerada aquela expedida há até 90 (noventa) dias da data da abertura da licitação.
- b) Nas hipóteses em que a certidão encaminhada em atendimento à exigência na alínea "a" acima for positiva, deverá a licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.
- e) Em se tratando de licitante subsidiária integral, caso sua empresa controladora esteja em recuperação judicial, deverá ser apresentado Termo de Compromisso no qual a licitante assegure que manterá a capacidade técnica, econômica, financeira e operacional, com vista a assegurar a execução do contrato.



PREFEITURA DE SETE BARRAS
" O O U R O V E R D E D O V A L E "

f) Deverá apresentar Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Grau de Endividamento (GE), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

- Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);
- Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante);
- Grau de Endividamento (GE) = (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante) / (Ativo Total).

d1) Os índices exigidos como mínimos serão apurados através das seguintes fórmulas:

- Liquidez Corrente: AC/PC = índice mínimo: 1,00
- Liquidez Geral: AC+RLP/PC+PNC = índice mínimo: 1,00.
- Grau de endividamento: PC+PNC/AT = igual ou menor que 1,00.

d2) Os índices deverão estar calculados para que o agente de contratação e equipe de apoio procedam somente com à conferência dos cálculos apresentados.

d3) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 65, §1º).

d4) O Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-seão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 02 (dois) anos. (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 69, §6º).

d5) O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pela licitante.

12.11.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.11.4.1. Capacidade Técnico Profissional e Operacional:

a) Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) e/ou CFT (Conselho Federal dos Técnicos Federais);

b) Apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, CREA, CAU ou CFT, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes ao objeto da presente licitação.

c) Atestado(s) técnico-operacional fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, demonstrando a execução pretérita pela licitante de serviços compatíveis em características com a obra/serviço de engenharia licitada, nos termos do projeto básico que a especifica, sendo necessária, para efeito de compatibilidade a demonstração de execução pretérita de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, considerando as parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto licitado, segundo o §1º do artigo 67 da Lei Federal nº 14.133/2021, além de considerar também quantitativo mínimo a incidir sobre o quantitativo individual de cada item solicitado como maior relevância, em observação ao artigo 67, § 2º da Lei 14.133/2021, conforme segue:

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANT. (MÍNIMAS)	APRES.
• PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA EM SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, PARA 1511 PONTOS DE ILUMINAÇÃO NA ÁREA URBANA E RURAL EM SETE BARRAS/SP, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS A SEREM UTILIZADOS E DEMAIS CUSTOS PERTINENTES AO OBJETO	1511 X 12	MÊS
• PODA EM ALTURA DE ARVORE COM DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 0,20 M	800,00	UN

12.11.5. OUTRAS COMPROVAÇÕES

a) Declaração emitida pela licitante de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme modelo do Anexo VI

b) Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante de que a proponente não foi declarada inidônea, bem como não está cumprindo pena de suspensão temporária de participação em licitações, junto a órgãos da Administração Pública, direta, indireta ou fundacional, em virtude de contratos firmados anteriormente. (Anexo VI).

c) Declaração emitida pela licitante de não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade Contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º (terceiro) grau.

d) Declaração de conhecimento das informações e que aceita todas as condições do Edital, para cumprimento das obrigações do objeto da licitação.



- e) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas. (Anexo VI).
- f) Indicação do responsável, ou responsáveis que assinarão o Contrato e o Termo de Ciência e Notificação, com a qualificação completa e cargo que ocupa ou ocupam na empresa, nº do CPF/MF e se procurador, juntar o instrumento de mandato. (Anexo VI).
- g) Indicação das informações bancárias da conta corrente da empresa, constando: o nome do Banco, Agência e nº da conta corrente / pessoa jurídica. (Anexo VI).
- h) Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, que deverá ser apresentada nos termos do modelo estabelecido no Anexo V do Edital.
- i) Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte visando ao exercício da preferência prevista na Lei Complementar nº 123/2006, que deverá ser apresentada de acordo com o modelo estabelecido no Anexo VII deste Edital.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

13.1. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Comissão aceitará como válidas as expedidas até 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores a data de apresentação das propostas.

13.2. Os documentos deverão, se possível, ser apresentados ordenadamente, numerados seqüencialmente por subitem da habilitação de modo a facilitar sua análise e agilizar os trabalhos da Comissão.

13.3. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, em conformidade ao disposto no artigo 3º da Lei Federal nº 13.726 de 08 de outubro de 2018 (Selo de Desburocratização e Simplificação). De acordo com o artigo 3º da Lei Federal nº 13.726/2018 incisos I, II, III, IV e V, aos quais são transcritos na seqüência, é dispensada a exigência de:

- a) reconhecimento de firma, devendo o agente administrativo, confrontando a assinatura com aquela constante do documento de identidade do signatário ou estando este presente e assinando o documento diante do agente, lavrar sua autenticidade no próprio documento;
- b) autenticação de cópia de documento, cabendo ao agente administrativo, mediante a comparação entre o original e a cópia, atestar a autenticidade;
- c) juntada de documento pessoal do usuário, que poderá ser substituído por cópia autenticada pelo próprio agente administrativo;

13.4. Os documentos emitidos via internet, dispensam autenticação, desde que apresentados em seu original, ficando a critério do Agente de Contratação a comprovação da veracidade dos mesmos e desde que estejam dentro do prazo de validade conforme item 13.3 deste Edital.

13.5. Todos os documentos apresentados para fins de habilitação deverão estar em nome da licitante e, preferencialmente, constando o número do respectivo CNPJ/MF. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome e CNPJ/MF da filial, exceto aqueles que pela própria natureza ou por determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa.

13.6. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no país, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

13.6.1. Na hipótese de a licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no país, para fins de assinatura do Contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no país e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660/2016 ou de outro que venha a substituí-lo ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

13.7. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

13.7.1. Se o Consórcio não for formado integralmente por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para a licitante individual.

13.8. Será verificado se a licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas na forma da lei (artigo 63, I, da Lei Federal nº 14.133/2021).

13.9. Será verificado se a licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.



13.10. A licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

14. DA ETAPA DE LANCES

14.1. Encerrado o credenciamento, iniciará a etapa competitiva, na qual a licitante poderá oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

14.2. Será iniciada a etapa de lances com a participação dos classificados provisoriamente no julgamento das propostas, imediatamente a proclamação do resultado pelo Agente de Contratação através de lances verbais decrescentes, a partir do autor da proposta menos vantajosa seguido dos demais, inferiores à proposta de menor preço.

14.3. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser 1% (um por cento).

14.4. A desistência da licitante em apresentar lance verbal, quando convocada, implicará sua exclusão da etapa de lances verbais e a manutenção do último preço por ele apresentado.

14.5. A etapa de lances será considerada encerrada quando a licitante convocada não formular novo lance verbal.

14.6. A licitante poderá formular lances intermediários, iguais ou superiores ao menor já ofertado.

14.7. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades legais cabíveis.

14.8. Finalizada da etapa de lances o Agente de Contratação poderá proceder com negociações junto a 1ª (primeira) colocada afim de obtenção de condições mais vantajosas.

14.8.1. O procedimento de negociação poderá ser realizado com as demais licitantes seguindo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o 1ª (primeira) colocada, mesmo após a negociação, for desclassificada em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Contratante.

14.8.2. Havendo negociação o Agente de Contratação procederá a aceitabilidade do menor preço nos termos do artigo 59 da Lei Federal nº 14.133/2021.

14.9. Em caso da desclassificação ou inabilitação da proposta de menor valor, o Agente de Contratação procederá com o exame das ofertas subsequentes, respeitando a ordem de classificação final obtida na etapa de lances.

14.10. Caso seja preciso o Agente de Contratação suspenderá a sessão, comunicando às participantes, data e horário para retomá-la.

15. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

15.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

15.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

15.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando a licitante declarada vencedora não assinar o Contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do artigo 43, §1º da Lei Complementar nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

15.2. Toda(s) a(s) licitante(s) remanescente(s) deverá(ão) ser(em) convocada(s) para acompanhar a sessão reaberta.

15.3. A convocação se dará por meio de publicação no Diário Oficial do Município.

16. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

16.1. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO GLOBAL** na forma definida neste Edital e seus anexos.

16.2. O procedimento de envio de lances seguirá conforme o modo de disputa "**aberto**", de modo que poderão participar da etapa aberta somente a licitante que apresentar a proposta de menor preço e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores àquela, em que a licitante apresentará lances verbais públicos e sucessivos.

16.2.1. Não havendo pelo menos 03 (três) propostas nas condições definidas no item 16.2., poderá a licitante que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

16.3. Os lances poderão ser ofertados de forma livre por toda(s) a(s) licitante(s).

16.4. A licitante que não apresentar lance verbal quando convidada pelo agente de contratação fica excluída das rodadas posteriores de oferta de lance, valendo o último lance registrado, para efeito de classificação de sua proposta ao final da etapa competitiva.



16.5. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades constantes deste Edital.

16.6. A etapa de lances terá seguimento até o seu exaurimento que se dará em virtude da ausência de formulação de lance verbal mais vantajoso.

16.7. Não havendo novos lances na forma estabelecida no item anterior a etapa da sessão pública encerrar-se-á e os lances serão ordenados conforme a ordem final de classificação.

16.8. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em 2º (segundo) lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação, auxiliado pela Equipe de Apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

16.8.1. Após o reinício previsto no item supra, a licitante será convocada para apresentar lances intermediários, podendo optar por manter o seu último lance.

16.9. Encerrada a etapa prevista nos subitens anteriores, o Agente de Contratação ordenará e divulgará a classificação provisória, por ordem crescente de valores.

16.10. Com exceção dos lances intermediários, todos os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço.

16.11. Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

16.12. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades constantes deste Edital.

16.13. Encerrada a fase de lances, se a proposta de menor lance não tiver sido ofertada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e se houver proposta apresentada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte igual ou até 10% (dez por cento) superior à proposta de menor lance, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para a(s) Empresa(s) de Pequeno Porte (Lei Complementar nº 123/2006, artigo 44, §1º).

16.14. A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte cuja proposta for mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior ao menor preço definido, situação em que sua proposta será declarada a melhor oferta (Lei Complementar nº 123/2006, artigo 45, § I).

16.14.1. Para tanto, será convocada para exercer seu direito de preferência e apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos, a contar da convocação do agente de contratação, sob a pena de preclusão (Lei Complementar nº 123/2006, artigo 45, §3º).

16.14.2. Se houver equivalência entre os valores das propostas apresentado pela Microempresa e Empresa de Pequeno Porte que se encontre no intervalo estabelecido no subitem 16.13, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá exercer a preferência e apresentar nova proposta (Lei Complementar nº 123/2006, artigo 45, § III).

16.14.3. Caso a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada não exerça seu direito de cobertura da proposta de menor valor, serão convocadas as remanescentes que se enquadrarem no limite disposto no item 16.13, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito (Lei Complementar nº 123/2006, artigo 45, § II).

16.15. O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando a melhor oferta da fase de lances não tiver sido apresentada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

16.16. Uma vez exercido o direito de preferência à Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, observados os limites e a forma estabelecidos neste Edital, não sendo apresentada por elas proposta de preço inferior, será declarada a melhor proposta de preço aquela originalmente vencedora (Lei Complementar nº 123/2006, artigo 45, § 1º).

16.17. Caso a situação não configure a necessidade de adoção das regras da Lei Complementar nº 123/2006, na ocorrência de empate entre duas ou mais propostas, será realizada disputa final entre a licitante empatada, que poderão apresentar novo lance, nos termos do inciso I, do artigo 60, da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.18. Na hipótese de o disposto no item 16.17 não ser suficiente para solucionar o empate, serão observados os demais critérios e preferências previstos nos incisos II a IV do artigo 60 da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.19. Definida a classificação, será registrada na ata da sessão pública o resumo das ocorrências até então havidas, consignando-se o rol de participantes, preços ofertados, propostas eventualmente desclassificadas e a fundamentação para sua desclassificação e a ordem de classificação provisória.

17. DOS RECURSOS

17.1. Ao final da sessão, o proponente que desejar recorrer contra decisões do Agente da Contratação poderá fazê-lo, através do seu representante, manifestando sua intenção com registro da síntese das suas razões, sendo-lhes facultado juntarem memoriais no prazo de 03 (três) dias úteis.



17.1.1. O(s) interessado(s) fica(m), desde logo, intimado(s) a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

17.2. O recurso poderá ser interposto em face de:

- a) do resultado do julgamento das propostas;
- b) da análise da habilitação; e
- c) da anulação ou da revogação da licitação.

17.3. A manifestação de intenção de recurso interposto contra a decisão do Agente de Contratação nos atos praticados na sessão deverá ser arguida pela interessada ao final da Sessão. O silêncio importará na preclusão do direito ao recurso.

17.4. O recurso deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à Autoridade Competente a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

17.5. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pela proponente.

17.6. Os recursos terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

17.7. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.8. Os esclarecimentos e recursos deverão ser anexados no sistema em campo próprio ou enviado para o endereço eletrônico - e-mail: licitacao@setebarras.sp.gov.br.

17.9. Será assegurada à licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

18. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

18.1. O objeto da licitação será adjudicado a Contratada, por ato da Autoridade Competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

18.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Competente homologará o procedimento licitatório.

19. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

19.1. A Contratada no prazo de 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do Termo de Contrato prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no artigo 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que cumpridas às obrigações contratuais.

19.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do Contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

19.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Contratante a promover a rescisão do Contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas conforme dispõem o inciso I do artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.

19.1.3. Caso o valor global da proposta da contratada seja inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do menor valor a que se referem ao parágrafo §5º do artigo 59 da Lei Federal nº 14.133/2021, será exigida, para a assinatura do Contrato, prestação de garantia adicional, igual à diferença entre o menor valor calculado com base no citado dispositivo legal e o valor da correspondente proposta.

19.2. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período mínimo de 03 (três) meses após o término da vigência contratual.

19.3. A garantia assegurará qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do Contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) prejuízos causados à Contratante ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato;
- c) as multas moratórias e punitivas aplicadas pela Contratante à Contratada;
- d) obrigações fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela Contratada.

19.4. A modalidade Seguro-Garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior.

19.5. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, mediante depósito em qualquer agência na conta corrente própria (conta garantia), de depósito em caução.



19.6. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

19.7. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

19.8. No caso de alteração do valor do contrato ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

19.9. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data em que for notificada.

19.10. A Contratante não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

- a) caso fortuito ou força maior;
- b) alteração, sem prévia anuência da seguradora, das obrigações contratuais;
- c) descumprimento das obrigações pela Contratada decorrentes de atos ou fatos praticados pela Contratante;
- d) atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Contratante.

19.11. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas neste item.

19.12. Será considerada extinta a garantia com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do Contrato.

20. DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

20.1. Após a homologação, a adjudicatária será convocada para assinar o Termo de Contrato, cuja minuta constitui o Anexo III deste Edital.

20.1.1. O prazo de comparecimento para a assinatura do termo de contrato será de 05 (cinco) dias, e poderá ser prorrogado mediante solicitação justificada pela Contratada e aceita pela Contratante.

20.1.2. Alternativamente, a critério da Contratante, o Termo de Contrato poderá ser encaminhado para assinatura da Contratada, mediante correspondência, com aviso de recebimento ou meio eletrônico, com confirmação de leitura. O Termo de Contrato deverá ser assinado e devolvido no prazo fixado pela Contratante, a contar da data de seu recebimento.

20.2. Se, por ocasião da celebração do Contrato, algum dos documentos apresentados pela adjudicatária para fins de comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista na etapa de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Contratante, através do Agente de Contratação verificará a situação por meio eletrônico e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando ao expediente os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada. Se não for possível a atualização por meio eletrônico, a Contratada será notificada para comprovar a sua regularidade fiscal e trabalhista no prazo de 02 (dois) dias úteis, sob pena de a contratação não se realizar.

20.3. Constituem, igualmente, condições para a celebração do Contrato:

20.3.1. A ausência de assinatura do Termo de Contrato dentro do prazo estabelecido pela Contratante, bem como o descumprimento das condições de celebração previstas nos itens 20.1 e 20.2, caracterizam o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às sanções previstas neste Edital e demais normas pertinentes. Neste caso, a Contratante poderá convocar outra licitante para celebrar o Contrato, desde que respeitada a ordem de classificação e mantidas as mesmas condições da proposta vencedora.

21. DA EXECUÇÃO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

21.1. A fiscalização e acompanhamento do objeto contratado ficará a cargo da Secretaria Municipal de Planejamento, Obras e Projetos, através do _____, o Sr. _____, previamente designado, a quem compete verificar se a empresa está executando corretamente a prestação dos serviços, obedecendo ao Termo de Referência, o Contrato e aos demais documentos que o integram.

21.2. O fiscal do Contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do Contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

21.3. O fiscal do Contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

21.4. O fiscal do Contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Contratante, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.



21.5. A Contratada deverá manter preposto aceito pela Contratante durante a prestação do serviço e/ou fornecimento do bem para representá-lo na execução do Contrato.

21.6. A Contratada será obrigada reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

21.7. A Contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros em razão da execução do Contrato e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante.

21.8. Somente a Contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato.

21.9. A inadimplência da Contratada em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Contratante a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do Contrato nem restringir a regularização e o uso das obras e das edificações, inclusive perante o registro de imóveis, ressalvada a hipótese prevista no § 2º do artigo 121 da Lei Federal nº 14.133/2021.

22. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

22.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- a) exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada de acordo com o instrumento convocatório e seus anexos;
- b) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- c) notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, as suas expensas;
- d) acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada;
- e) comunicar a Contratada para emissão de Nota Fiscal no que pertine a parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o artigo 143 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- f) efetuar o pagamento à Contratada do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;
- g) aplicar à Contratada as sanções previstas na lei e no instrumento convocatório;
- h) cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela Contratada;
- i) explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- j) notificar os emitentes das garantias se houver, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (4º, do artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021).

22.1.1. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

22.2. São obrigações da CONTRATADA:

22.2.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes do instrumento convocatório e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- a) promover a permanente manutenção dos equipamentos integrantes do sistema de iluminação pública da Contratante;
- b) promover dentro do processo de operação e manutenção das instalações, a substituição dos materiais e equipamentos para elidir todas as degradações ou deteriorações parciais ou completas das instalações ou de seus componentes do sistema de iluminação pública,
- c) que terceiros identificados ou não venham causar, com danos diretos ou indiretos, atos de vandalismo ou outros acontecimentos;
- d) promover meios para assegurar o cumprimento das metas de otimização do parque de IP do município, conforme estabelecido no Contrato.
- e) manter em elevado nível de cortesia e eficiência, o relacionamento permanente com os usuários do sistema.
- f) promover, de forma continuada, treinamento, qualificação e reciclagem técnica-comportamental dos colaboradores contratados. No que se refere a situações extraordinárias e não conformidades identificadas, a Contratada deverá informar a Contratante, por escrito, para que possa analisar e deliberar sobre a demanda apresentada.



- g) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078 de 1990);
- h) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- i) responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado à Contratante ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela Contratante, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- j) atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do Contrato ou Autoridade Superior (artigo 137, II, da Lei Federal nº 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- k) indicar preposto para representá-lo durante a execução do Contrato, e manter comunicação com representante da Contratante para a gestão do Contrato;
- l) manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- m) responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante e não poderá onerar o objeto do Contrato;
- n) cumprir, durante todo o período de execução do Contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (artigo 116 da Lei Federal nº 14.133/2021);
- o) paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- p) guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- q) arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no artigo 124, II, d, da Lei Federal nº 14.133/2021; e
- s) cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito Federal, Estadual ou Municipal, as normas de segurança da Contratante.

22.2.2. A Contratada deverá possuir em seu patrimônio, as ferramentas, máquinas, equipamentos e veículos operacionais adequados à execução dos serviços contratados. Num prazo de 03 (três) dias da assinatura do Contrato, a Contratada deverá apresentar:

- a) Equipamentos (veículos e equipamentos) compatíveis para a prestação dos serviços referentes ao objeto contratado.
- b) Engenheiro Eletricista, ou equivalente, contratado e responsável técnico pela condução dos trabalhos.

23. DO INÍCIO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

23.1. A Contratada se obriga a dar início aos serviços do objeto da presente licitação, num prazo de no máximo, 05 (cinco) dias a contar da data de ciência pela Contratada da Ordem de Início dos Serviços, emitida pela fiscalização da Contratante.

23.2. O prazo de execução dos serviços objeto da presente licitação deverá obedecer o cronograma, a contar da data de ciência pela Contratada da Ordem de Início dos Serviços, emitida pela fiscalização da Contratante.

23.3. Para a execução dos serviços contratado, a licitante vencedora deverá disponibilizar profissionais habilitados, equipamentos em boas condições e materiais de 1ª (primeira) qualidade, de forma a garantir a exatidão e a qualidade dos serviços realizados, sob pena da aplicação das sanções contratuais previstas, pelo não cumprimento, ou cumprimento irregular das cláusulas contratuais.

24. DA FORMA DE PAGAMENTO

24.1. A Contratada não poderá protocolizar a Nota Fiscal ou fatura antes do recebimento e conferência da medição, como "de acordo" por parte da fiscalização exercida pela Secretaria Municipal de Planejamento, Obras e Projetos da Contratante. A Nota Fiscal/Fatura emitida pela Contratada deverá ser entregue na Secretaria Municipal de Planejamento, Obras e Projetos para o seu ateste de acordo com a medição apresentada.

24.2. O pagamento de cada Nota Fiscal será efetuado em até 30 (trinta) dias após a prestação dos serviços.

24.3. O pagamento será efetuado através de crédito em conta corrente da Contratada a ser informada junto com a documentação de sua proposta.

24.4. As Notas Fiscais/Faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá obedecendo ao prazo acima citado.



24.5. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

24.6. Caso o dia do pagamento coincida com sábados, domingos, feriados, ou pontos facultativos, o mesmo será efetuado no primeiro dia útil subsequente sem qualquer incidência de correção monetária.

25. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

25.1. A Contratada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do Contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à Contratante, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do Contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o Contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do Contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do Contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei Federal nº 12.846 de 1º de agosto de 2013.

25.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta lei as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

25.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

25.3.1. A sanção prevista alínea "a" do item 25.2., será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

25.3.2. A sanção prevista alínea "b" do item 25.2., calculada na forma do Contrato, será de 15% (quinze por cento) do valor do Contrato celebrado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021.

25.3.3. A sanção prevista alínea "c" do item 25.2. deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da Prefeitura Municipal de Sete Barras, pelo prazo de 03 (três) anos.

25.3.4. A sanção prevista alínea "d" do item 25.2. deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 25.2. "c", e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.

25.3.5. A sanção estabelecida alínea "d" do item 25.2. deste termo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

- a) quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva da Autoridade Competente.

25.3.6. As sanções previstas nos incisos "a", "c" e "d" do item 25.2. deste termo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista alínea "b" do mesmo item.



25.3.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

25.3.8. A aplicação das sanções previstas no item 25.2. não exclui em hipótese alguma a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

24.3.9. Na aplicação da sanção prevista alínea "b" do item 25.2. deste termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

25.3.10. A aplicação das sanções previstas nas alíneas "c" e "d" do item 25.2. requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por uma Comissão composta de 02 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a Contratada para no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

26. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

26.1. Conforme o artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, constituirão motivos para extinção do Contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

- a) não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- b) desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por Autoridade Superior;
- c) alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o Contrato;
- d) decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento da Contratada;
- e) caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato;
- f) atraso na obtenção da licença ambiental ou impossibilidade de obtê-la ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- g) atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- h) razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade Contratante;
- i) não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

26.2. A Contratada terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

- a) supressão, por parte da Contratante, de serviços que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no artigo 125 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- b) suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Contratante, por prazo superior a 03 (três) meses;
- c) repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
- d) atraso superior a 02 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Contratante por despesas de obras ou serviços;
- e) não liberação pela Contratante, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de serviço e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Contratante relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

26.3. As hipóteses de extinção a que se referem as alíneas "b", "c" e "d" do item 26.2. Observarão as seguintes disposições:

- a) não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que a Contratada tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;
- b) assegurarão à Contratada o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, na forma da alínea "d" do inciso II do caput do artigo 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

26.4. Os emitentes das garantias previstas no artigo 96 da Lei Federal nº 14.133/2021 deverão ser notificados pela Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

26.5. A extinção do Contrato poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da Contratante, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;



- b) consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Contratante;
- c) determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral ou por decisão judicial.

26.6. A extinção determinada por ato unilateral da Contratante e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da Autoridade Competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

26.7. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Contratante, a Contratada será ressarcida pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

- a) devolução da garantia;
- b) pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data de extinção;
- c) pagamento do custo da desmobilização.

25.8. A extinção determinada por ato unilateral da Contratante poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, as seguintes consequências:

- a) assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Contratante;
- b) ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários a sua continuidade;
- c) execução da garantia contratual para:
 - a) ressarcimento da Contratante por prejuízos decorrentes da não execução;
 - b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
 - c) pagamento das multas devidas à Contratante;
 - d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;
- e) retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Contratante e das multas aplicadas.

27. DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

27.1. Os contratos regidos conforme o artigo 124, da Lei Federal nº 14.133/2021, poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

27.1.1. Unilateralmente pela Contratante:

- a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;
- b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por Lei;

27.1.2. Por acordo entre as partes:

- a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- b) quando necessária a modificação do regime de execução de serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- c) quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contra prestação de execução de serviço;
- d) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

27.2. Se forem decorrentes de falhas de projeto, as alterações de contratos de obras e serviços de engenharia ensejarão apuração de responsabilidade do responsável técnico e adoção das providências necessárias para o ressarcimento dos danos causados à Contratante.

27.3. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do artigo 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a Contratada será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato que se fizerem nos e no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

27.4. As alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do artigo 124 da Lei Federal nº 14.133/2021 não poderão transfigurar o objeto da contratação.

27.5. Se o contrato não contemplar preços unitários serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Contratante sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no artigo 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.



27.6. Nas contratações de obras e serviços de engenharia, a diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor da Contratada em decorrência de aditamentos que modifiquem a Planilha Orçamentária.

27.7. Nas alterações contratuais para supressão de serviços, se a Contratada já houver adquirido os materiais e os colocado no local dos trabalhos, estes deverão ser pagos pela Contratante pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente reajustados, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

27.8. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos da Contratada, a Contratante deverá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

27.9. A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

27.10. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do Contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do artigo 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

27.11. A formalização do Termo Aditivo é condição para a execução, pela Contratada, das prestações determinadas pela Administração no curso da execução do Contrato, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 01 (um) mês.

28. DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

28.1. A Contratada desempenhará os serviços e entregará com todo zelo, diligência e honestidade, observada a legislação vigente, devendo respeitar ainda, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, Lei Federal nº 13.709 de 14 de agosto de 2018, pelo que se compromete a não divulgar, por nenhum meio, os dados pessoais a que teve acesso em virtude do presente Contrato, sob pena de responder pelos danos ocasionados pela sua divulgação, mau uso, perda, extravio ou inutilização, salvo comprovado caso fortuito ou força maior, mesmo se tal ocorrer por ação ou omissão de seus prepostos ou quaisquer pessoas que a eles tenham acesso.

29. DA PUBLICAÇÃO

29.1. Incumbirá à Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei Federal nº 14.133 de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei Federal nº 12.527 de 2011 e artigo 9º da Portaria Municipal nº 102/2025 de 21 de janeiro de 2025.

30. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

30.1. Será divulgada ata da sessão pública no sítio eletrônico.

30.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação.

30.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.

30.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

30.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

30.6. A licitante assume todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será em nenhum caso responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

30.7. A apresentação de proposta implica na aceitação de todas as condições estabelecidas neste edital e seus anexos; não podendo qualquer licitante invocar desconhecimento dos termos do ato convocatório ou das disposições legais aplicáveis à espécie para furtar-se ao cumprimento de suas obrigações.

30.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

30.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.



PREFEITURA DE SETE BARRAS
"O OURO VERDE DO VALE"

30.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá a deste Edital

30.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico: www.setebarras.sp.gov.br.

30.12. Para fins de análise dos documentos de habilitação quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

30.13. Fica eleito o FORO DA COMARCA DE REGISTRO/SP, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas desta licitação, com renúncia a qualquer outro por mais especial que seja.

30.14. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

ANEXO III - MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

ANEXO IV - MODELO DE CREDENCIAMENTO DO REPRESENTANTE DA LICITANTE

ANEXO V- MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

ANEXO VII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

ANEXO VIII – MODELO TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

Sete Barras, 09 de abril de 2026.

LUCAS ROBERTO FREITAS
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

VISTO E APROVADO PELA ASSESSORIA JURÍDICA



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA, PREVENTIVA E PODA DE ÁRVORES DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SETE BARRAS/SP, ABRANGENDO 1.511 PONTOS DE ILUMINAÇÃO LOCALIZADOS NAS ÁREAS URBANA E RURAL NO MUNICÍPIO DE SETE BARRAS.

2. INTRODUÇÃO

2.1. O município de Sete Barras/SP está inserido na região do Vale do Ribeira, porção sul do Estado de São Paulo, reconhecida por sua elevada presença de remanescentes de Mata Atlântica, ampla rede hidrográfica associada à bacia do Rio Ribeira de Iguape e por características territoriais que combinam áreas urbanas consolidadas com extensas áreas rurais e de baixa densidade demográfica. Essa regionalidade imprime peculiaridades operacionais à gestão e à manutenção dos ativos públicos, em especial aos sistemas de iluminação pública, uma vez que o território apresenta grande dispersão de pontos atendidos, presença de vegetação com crescimento significativo ao longo de vias e ramais, além de condições ambientais típicas de clima subtropical.

2.2. Do ponto de vista de logística e atendimento, Sete Barras mantém forte relação funcional com o polo regional de Registro/SP (aproximadamente 20,5 km), e está a cerca de 212 km da Capital (São Paulo/SP), o que influencia prazos de mobilização, disponibilidade de materiais e tempo de resposta em situações emergenciais, sobretudo em áreas afastadas e de difícil acesso. Além disso, o município faz divisa com São Miguel Arcanjo, Registro, Capão Bonito, Juquiá e Eldorado, configurando uma malha territorial conectada por eixos viários de importância regional, com circulação contínua de moradores, serviços e atividades produtivas, o que reforça a necessidade de assegurar níveis adequados de iluminância e confiabilidade do sistema de iluminação pública nas rotas urbanas e rurais. 2.3.

2.3. Considerando esse contexto, a manutenção do parque de iluminação pública no município demanda abordagem técnica compatível com as particularidades do Vale do Ribeira: atuação contínua e planejada, capacidade de pronta resposta, gestão eficiente de equipes e insumos, além de integração entre manutenção elétrica e intervenções de apoio, como a supressão/poda controlada de vegetação quando esta comprometer o acesso e/ou o desempenho dos componentes do sistema (luminárias, braços, cabos e demais acessórios). Dessa forma, o presente Termo de Referência estabelece as condições para contratação de empresa especializada capaz de garantir a operacionalidade, a segurança e a eficiência energética do parque de iluminação pública, assegurando atendimento adequado tanto aos núcleos urbanos quanto às comunidades e vias da zona rural.

3. OBJETIVO

3.1. Este Termo de Referência, juntamente com seus anexos, tem por finalidade estabelecer as condições e especificações técnicas para a prestação dos serviços de manutenção corretiva e preventiva do sistema de iluminação pública, abrangendo todas as atividades necessárias ao pleno funcionamento do parque de IP do município de Sete Barras/SP.

3.2. No que se refere ao Gerenciamento do Sistema de Iluminação Pública, entende-se como abrangência:

- recebimento, registro e tratativa das demandas de manutenção corretiva;
- planejamento, controle e execução das manutenções preventivas;
- emissão de Ordens de Serviços para acompanhamento das atividades;
- elaboração e apresentação de relatórios estatísticos das demandas atendidas;
- execução de todas as demais ações indispensáveis ao atendimento integral dos serviços de gerenciamento do parque de iluminação pública.

3.3. Todos os serviços deverão ser realizados em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, observando rigorosamente os critérios e parâmetros de qualidade estabelecidos neste Termo de Referência e em seus anexos.

4. ESCOPO DOS SERVIÇOS

4.1. PAQUE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA AREA RURAL, URBANA E ORNAMENTAIS

a) Caberá à contratada executar a manutenção corretiva e preventiva do parque de iluminação pública e ornamental do município de Sete Barras/SP, abrangendo ruas, avenidas, praças, parques, equipamentos esportivos, culturais e demais logradouros estradas.



PREFEITURA DE SETE BARRAS
“ O O U R O V E R D E D O V A L E ”

b) Além da rede convencional, a responsabilidade da contratada inclui a manutenção da iluminação ornamental instalada em locais de relevância turística, cultural e institucional do município, conforme relação abaixo:

- SP-139/165 – Tibiriçá
- Praça da Bíblia
- Rodoviária Municipal
- Cemitério Municipal
- Praça Japonesa
- Orla Beira-Rio
- Porto Ribeira
- Mirante
- Ponte Prefeito Benedito Saccon
- Pista de Atletismo – Recinto de Eventos e Laço Comprido
- Praça dos Embaladores
- Praça da Secretaria de Educação
- Praça Jardim Ipiranga
- Praça da Prefeitura
- Hospital Municipal
- Praça da Juventude
- Praça Matriz
- Parque Esportivo e Recreativo Vila São João
- Praça Vila São João
- Garagem do Transporte
- Praça da Escola da Barra do Ribeirão

PONTOS DE ÁREA RURAL

c) A manutenção das luminárias e demais componentes do sistema de iluminação pública deverá contemplar, os bairros e localidades da zona rural do município de Sete Barras/SP, incluindo, as seguintes comunidades e as distâncias a partir prefeitura municipal de Sete Barras/SP:

- Guapiruvu – 36 km
- Formoso – Macuco – 20 km
- Itopamirim de Baixo – 8 km
- Itopamirim de Cima – 10 km
- Areado – Areadinho – 7 km
- Onça Parda – 24 km
- Santa Cruz – 18 km
- Rio Preto – 28 km
- Ipiranga – 36 km
- Votupoca- 15 km
- Conchal Branco 8 km
- Raposa – 8 km
- Laranjeirinha – Pracatu 14 km
- Mamparra – Cacubo – 21 km
- Lambari – 12 km
- Saibadela – Edel – 22 km
- Andorinhas – 26 km
- Dois Irmãos – 12 km
- Dois Irmãozinhos – 8 km
- Conchal Preto – 6 km
- Etá – 27 km
- Descalvado- 20 km
- Canela – 36 km
- Olhos d'Água – Lag. Cedro – 10 km
- Oitava Gleba – 30 km
- Itaiçi – 15 km
- Vassoral – 20 km
- Nazaré – 43 km



- Itaguá – 25 km
- Jaguaruna – Santa Eliza – 4 km
- Quilombo - 10 km

d) Ressalta-se que a relação acima é meramente exemplificativa, não sendo exaustiva, devendo a contratada atender aproximadamente 550 km de estradas rurais por onde estão distribuídos os pontos de iluminação pública existentes e/ou que venham a ser incorporados ao cadastro municipal, em quaisquer localidades do território municipal, conforme demandas registradas e ordens de serviço emitidas pela fiscalização.

e) Os atendimentos nessas localidades deverão observar as mesmas diretrizes técnicas, operacionais e prazos definidos neste Termo de Referência, contemplando manutenção preventiva, corretiva e atendimento emergencial, com fornecimento de mão de obra e materiais, conforme aplicável, inclusive com intervenções de poda de vegetação quando necessária para viabilizar o acesso seguro aos pontos de iluminação.

4.2. MANUTENÇÃO DO PARQUE DE I. P.

4.2.1. Caberá à CONTRATADA a responsabilidade pelo completo funcionamento do Sistema de Iluminação Pública do município de Sete Barras/SP, ressalvadas as obrigações da prefeitura estabelecidas em Contrato, na abrangência desse objeto licitado, executar todos os serviços inerentes para o perfeito funcionamento do Parque de Iluminação Pública do município de Sete Barras/SP, visando atingir os resultados e o desempenho estabelecido no Contrato e neste Termo de Referência, assegurando, sempre o cumprimento da Normas Técnicas Brasileiras aplicáveis ao objeto contratado.

4.2.2. Principais serviços a serem executados:

- a) substituição de lâmpadas;
- b) substituição de Reatores;
- c) substituição de braçadeira, chaves, reles e acessórios;
- d) descarte e descontaminação de lâmpadas;
- e) atendimentos emergenciais.
- f) buscar continuamente, técnicas e métodos para otimização dos serviços prestados;
- g) realizar iluminação pública e ornamental (praças, rodovias, pontes e espaços públicos).
- h) manutenção, modernização e cadastramento do parque de iluminação pública. i) Substituição de luminárias convencionais por LED gradual (quando a de vapor de sódio apresentar defeito).
- j) atualização cadastral junto à concessionária.
- k) rondas noturnas obrigatórias para identificação de falhas, e assim que identificada falha realizar a manutenção e informar a fiscalização, as rondas noturnas dever ser informadas com antecedência a fiscalização para que a mesma possa acompanhar.
- l) operação e manutenção das instalações de IP, considerando que a manutenção tem por objetivo, atingir o nível de qualidade do serviço, através de ações preventivas e corretivas com fornecimento e aplicação de materiais e equipamentos que se façam necessários para o perfeito funcionamento do parque de iluminação Pública.

4.3. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

4.3.1. Para a consecução dos objetivos estabelecidos neste Termo de Referência, a Contratada deverá executar as seguintes atividades:

a) Serviços gerais de manutenção e operação:

- Disponibilizar equipe de campo, devidamente uniformizada e identificada com a logomarca da empresa e da Prefeitura Municipal de Sete Barras, evidenciando que a manutenção corretiva e preventiva do Sistema de Iluminação Pública está sendo realizada a serviço da Prefeitura;
- Realizar todas as intervenções necessárias nos pontos de iluminação que apresentarem falhas ou defeitos;
- Interagir com o serviço de atendimento da Prefeitura Municipal de Sete Barras, recebendo, registrando e tratando todas as demandas e solicitações relacionadas ao sistema de iluminação pública;
- Executar rotinas de inspeção e verificação periódica, assegurando o pleno funcionamento do sistema e de seus equipamentos de comando, em conformidade com estatísticas de falhas e metodologias de análise fornecidas por sistema informatizado;
- Realizar manutenção preventiva, corretiva e emergencial, garantindo a eficiência e a continuidade do serviço de iluminação pública.

b) Serviços de substituição/reposição de peças e componentes: Deverão ser substituídos, sempre que necessário, com fornecimento integral de mão de obra, materiais, ferramentas e equipamentos pela CONTRATADA, os seguintes itens:

1. Chave magnética;
2. Base para relé fotoelétrico;
3. Conector;
4. Relé fotoelétrico;



5. Reatores e equipamentos auxiliares;
6. Cabo de alimentação interno ao braço de iluminação pública;
7. Cinta de fixação
8. Isolador tipo roldana;
9. Luminária LED;
10. Braço de sustentação;
11. Componentes danificados em decorrência de acidentes, abaloamentos em postes, furtos, vandalismos, desempenhos deficientes ou fim de vida útil dos equipamentos exclusivos da Unidade de Iluminação Pública (UIP).

c) Serviços complementares (responsabilidade integral da Contratada): Além dos itens acima, a CONTRATADA será integralmente responsável pela execução dos seguintes serviços complementares, sempre que necessários ao restabelecimento do ponto luminoso.

d) Esses serviços não serão contabilizados isoladamente como atendimentos, mas deverão ser obrigatoriamente realizados pela contratada, com fornecimento de toda a mão de obra, materiais, ferramentas e equipamentos necessários, sem ônus adicional para a Prefeitura:

- Correção da posição de braço e/ou luminária;
- Correção da fixação de reator e ignitor;
- Fechamento de luminária com tampa aberta;
- Limpeza externa e interna da luminária, sempre que houver intervenção de manutenção ou quando solicitado pela Contratante;
- Rearme de proteção do circuito de alimentação pública (chaves de comando);
- Retirada de objetos estranhos ao sistema de iluminação pública que não façam parte do circuito.

e) Todas as atividades de manutenção preventiva, corretiva, emergencial ou complementar necessárias ao perfeito funcionamento do sistema de iluminação pública do Município de Sete Barras/SP serão de inteira responsabilidade da Contratada, incluindo o fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas e transporte, sem qualquer custo adicional à Prefeitura.

4.4. SERVIÇOS DE PODA E MANUTENÇÃO DE REDE QUANDO CONFLITAR COM A ILUMINAÇÃO PÚBLICA

a) Caberá à CONTRATADA a execução dos serviços de poda preventiva e corretiva em árvores, arbustos e demais vegetações que interfiram ou apresentem risco ao funcionamento do sistema de iluminação pública. A responsabilidade da contratada inclui:

- realizar a poda em conformidade com as normas técnicas aplicáveis e com a legislação ambiental vigente;
- garantir a segurança da rede elétrica e dos equipamentos de iluminação, evitando contato direto ou indireto da vegetação com cabos, braços, luminárias ou demais componentes;
- proceder à retirada e destinação adequada dos resíduos vegetais provenientes da poda, de forma ambientalmente correta, sem ônus adicional para a Prefeitura;
- atuar de forma coordenada com a concessionária de energia elétrica, sempre que a poda envolver riscos ou proximidade de rede de alta tensão;
- realizar podas de forma programada e emergencial, de acordo com as Ordens de Serviço emitidas pela fiscalização municipal;
- disponibilizar equipe capacitada e equipamentos adequados (EPI's, ferramentas, veículos com cesto aéreo, etc.) para a execução segura e eficiente das atividades.

5. CONTROLE DO PARQUE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

a) A Contratada deverá realizar, de forma sistemática e preventiva, o controle e monitoramento das instalações do sistema de iluminação pública, por meio de visitas noturnas e/ou diurnas, com o objetivo de identificar panes visíveis, falhas de funcionamento e avaliar o estado de conservação do parque de iluminação pública.

b) Para efeito deste Termo de Referência, considera-se ponto luminoso a unidade composta por lâmpada e todos os acessórios indispensáveis ao seu funcionamento, incluindo reator, relé, braço, luminária, cabos e demais componentes necessários.

c) Todos os materiais e equipamentos empregados nas manutenções preventivas e corretivas serão de responsabilidade exclusiva da Contratada, devendo obedecer rigorosamente aos padrões estabelecidos pela ABNT e possuir certificação do INMETRO ou órgão equivalente.

d) Fica expressamente vedada a utilização de materiais de procedência duvidosa, usados ou recondicionados, sob pena de aplicação das sanções contratuais cabíveis.



6. OPERAÇÃO

6.1. EQUIPE DE CAMPO

- a) A equipe de campo deverá ser composta por um supervisor (engenheiro eletricitista ou equivalente), um encarregado eletricitista e um ajudante.
- b) O horário programado para manutenção corretiva e preventiva realizada pela equipe de campo será de segunda-feira à sexta-feira no horário das 15:00 às 23:00 horas.
- c) Todos os colaboradores deverão ter minimamente os seguintes certificados: NR10/NR12/NR 35;
- d) A empresa Contratada deverá utilizar veículos e equipamentos compatíveis para prestação dos serviços referentes ao objeto licitado, devendo ainda comprovar que possui veículo devidamente certificado para utilização nesses serviços, no momento da assinatura do contrato.

6.2. RECEBIMENTO DAS DEMANDAS

6.2.1. A Contratada terá como requisitos mínimos de operação recurso humano distinto da equipe de campo para receber as demandas, respeitando o caráter da solicitação, os seguintes horários de funcionamento:

- a) Horário de atendimento será de segunda a sexta feira, das 08:00h às 18:00h, por telefone ou em canal de atendimento, whatsapp devidamente configurado e automatizado para o recebimento de demandas 24 (vinte e quatro) horas por dia e caberá a contratada enviar semanalmente o relatório com todas as ordens de serviço abertas pelos municípios e a fiscalização também poderá enviar ordens de serviço à contratada ficando a contratada o proceder com o atendimento da Ordem de Serviços
- b) Aos sábados, domingos e feriados a solicitação poderá ser feita por mensagem eletrônica via whatsapp.

- Caráter Padrão:

1. Ordem de Serviços que será atendida, juntamente à outras ordens de serviços da mesma localidade, no prazo máximo de até 72 (setenta e duas) horas.

6.3. CARÁTER EMERGENCIAL/PRIORITÁRIO

6.3.1. Ordem de Serviço que será atendida no prazo máximo de 24 horas, a partir do recebimento da solicitação:

- a) Quando o serviço for concluído imediatamente, a ordem de serviço emitida será enviada "Just in Time" para o solicitante com todos os dados referentes ao serviço executado. Nestes serviços estão inclusas lâmpadas e ou qualquer acessório para seu funcionamento, fica caracterizado atendimento emergencial quando o tiver o setor inteiro apagado (considera-se setor mais de 3 luminárias em sequência apagada)
- b) Em caso de não atendimento da solicitação, devem notificar "Just in Time" o solicitante com o relatório da não execução, especificando claramente o motivo e previsão para retorno configurando como atendimento emergencial;

7. DOS REQUISITOS E CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DE DESEMPENHO E QUALIDADE DOS EQUIPAMENTOS A SEREM SUSTITUÍDOS

7.1. DAS LUMINÁRIAS COM TECNOLOGIA LED, ESPECIFICAÇÃO.

7.1.1. Luminária Pública LED 90W / 4.000K

- a) A luminária pública com tecnologia LED deverá possuir potência de 90W, eficiência mínima de 170 lm/W, fluxo luminoso mínimo de 15.300 lm, temperatura de cor de 4.000K com tolerância entre 3.710K e 4.260K, índice de reprodução de cores igual ou superior a 70, vida útil mínima de 60.000 horas e temperatura de operação entre -35 °C e +50 °C. O driver deverá ser integrado à luminária, com alimentação entre 100 e 277 VAC, frequência de 47 a 63 Hz, fator de potência igual ou superior a 0,95 em 220 VAC, distorção harmônica total inferior a 15% em 220 V e possuir proteção contra sobretensão, sobrecorrente e curto circuito, devendo ser compatível com protocolos de controle e programação tipo Power Line Communications, DALI ou 1-10V.
- b) A luminária deverá ter imunidade contra surtos transitórios conforme IEC 61000-4-4 e IEC 61000-4-5, supressor de surto auxiliar de 10 kV, emissões de corrente harmônica classe C e vir equipada com porta 7 pinos padrão ANSI C136.41 para futura inclusão de controlador de telegestão e/ou telegerenciamento. A construção deverá ser em alumínio injetado sob alta pressão, pintado na cor cinza, com LEDs de alta potência montados em módulos individuais, fixados com parafusos de aço inox e permitir ajuste angular para melhor direcionamento da luz independentemente do braço onde for instalada. O conjunto ótico deverá ser protegido por lente de policarbonato com tratamento UV ou vidro temperado, com grau de proteção mínimo IP66 e grau de resistência mecânica mínimo IK08.



c) A luminária deverá atender às normas IES LM-79-08 quanto à distribuição espectral e coordenadas de cromaticidade, ANSI C78.377-2008 para tolerância de cor, IESNA LM-80-08 para manutenção do fluxo luminoso do LED, IESNA TM-21-11 para projeção da manutenção do fluxo luminoso da luminária, CIE 13.3 para índice de reprodução de cores e NBR 5101:2012 item 4.3.3. para classificação da intensidade luminosa como limitada ou totalmente limitada.

d) A luminária deverá ser fornecida em conjunto com relé fotoeletrônico conforme especificado neste Termo de Referência e deverá ser certificada e registrada pelo INMETRO, em conformidade com a Portaria nº 62 de 17/02/2022, devendo ser apresentados o certificado emitido por organismo acreditado e a cópia da página de consulta no sítio do INMETRO com status ativo. Durante o período de locação, a contratada deverá promover a padronização das luminárias instaladas, garantindo uniformidade estética da cidade, não sendo admitida a mescla de diferentes modelos para a mesma potência em regiões distintas.

7.1.2. Luminária Pública LED 60W / 4.000K

a) A luminária pública com tecnologia LED deverá possuir potência de 60W, eficiência mínima de 170 lm/W, fluxo luminoso mínimo de 10.200 lm, temperatura de cor de 4.000K com tolerância entre 3.710K e 4.260K, índice de reprodução de cores igual ou superior a 70, vida útil mínima de 60.000 horas e temperatura de operação entre -35 °C e +50 °C. O driver deverá ser integrado à luminária, com alimentação entre 100 e 277 VAC, frequência de 47 a 63 Hz, fator de potência igual ou superior a 0,95 em 220 VAC, distorção harmônica total inferior a 15% em 220 V e possuir proteção contra sobretensão, sobrecorrente e curto-circuito, devendo ser compatível com protocolos de controle e programação tipo Power Line Communications, DALI ou 1-10V.

b) A luminária deverá ter imunidade contra surtos transitórios conforme IEC 61000-4-4 e IEC 61000-4-5, supressor de surto auxiliar de 10 kV, emissões de corrente harmônica classe C e vir equipada com porta 7 pinos padrão ANSI C136.41 para futura inclusão de controlador de telegestão e/ou telegerenciamento. A construção deverá ser em alumínio injetado sob alta pressão, pintado na cor cinza, com LEDs de alta potência montados em módulos individuais, fixados com parafusos de aço inox e permitir ajuste angular para melhor direcionamento da luz independentemente do braço onde for instalada. O conjunto ótico deverá ser protegido por lente de policarbonato com tratamento UV ou vidro temperado, com grau de proteção mínimo IP66 e grau de resistência mecânica mínimo IK08.

c) A luminária deverá atender às normas IES LM-79-08 quanto à distribuição espectral e coordenadas de cromaticidade, ANSI C78.377-2008 para tolerância de cor, IESNA LM-80-08 para manutenção do fluxo luminoso do LED, IESNA TM-21-11 para projeção da manutenção do fluxo luminoso da luminária, CIE 13.3 para índice de reprodução de cores e NBR 5101:2012 item 4.3.3 para classificação da intensidade luminosa como limitada ou totalmente limitada.

d) A luminária deverá ser fornecida em conjunto com relé fotoeletrônico conforme especificado neste Termo de Referência e deverá ser certificada e registrada pelo INMETRO, em conformidade com a Portaria nº 62 de 17/02/2022, devendo ser apresentados o certificado emitido por organismo acreditado e a cópia da página de consulta no sítio do INMETRO com status ativo. Durante o período de locação, a contratada deverá promover a padronização das luminárias instaladas, garantindo uniformidade estética da cidade, não sendo admitida a mescla de diferentes modelos para a mesma potência em regiões distintas.

7.2. DO RELÉ FOTOELETRÔNICO PARA COMANDO INDIVIDUAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

a) Os relés fotoeletrônicos deverão ser do tipo normalmente fechado (NF) – LN, com tensão de alimentação multitemperatura T2 entre 105 e 305 VAC, frequência de 60 Hz (fase-fase e fase-neutro), grau de proteção IP65, vida útil mínima de 10.000 ciclos, consumo máximo de 1,2 W em 220 V, capacidade de comutação de 1.800 VA para lâmpadas de descarga e luminárias LED com fator de potência inferior a 1 e tipo Fail-Off (FD), de modo que em caso de falha a carga permaneça desligada. A construção deverá contar com tampa em policarbonato estabilizado contra radiação UV, resistente a impactos e intempéries, na cor azul conforme a ABNT NBR 5123/2016, base em policarbonato unida por soldagem ultrassônica, pinos de latão estanhados e sensor em fototransistor ou fotodiodo de silício encapsulado com disposição zenital. O desempenho deverá incluir circuito comparador com comutação em zero volts e desvio máximo de $\pm 800 \mu s$, acionamento entre 5 e 20 lux, desligamento até 40 lux, tempo de desligamento entre 2 e 5 segundos (ação rápida – AR), proteção contra surtos de 10 kV e imunidade a afundamentos de tensão entre 0,9 pu e 0,1 pu com duração de 2 a 30 ciclos. O equipamento deverá ter garantia mínima de 10 anos contra defeitos de fabricação e funcionamento, com ensaios e características em conformidade com a ABNT NBR 5123/2016. Todos os custos relacionados ao fornecimento dos relés fotoeletrônicos deverão estar inclusos nos custos de locação das luminárias.

7.3. DA GARANTIA DOS MATERIAIS

a) As luminárias LED deverão possuir garantia global mínima de 60 (sessenta) meses abrangendo todos os componentes, incluindo módulos, drivers, invólucros, conectores e acessórios, contra defeitos de fabricação, contados a partir da data de instalação independentemente da data de fabricação. A garantia não abrangerá danos decorrentes de mau uso, acidentes, vandalismo, roubos, furtos, ação climática severa ou ausência de aterramento adequado, casos em que caberá à Contratante reparar o bem danificado por outro de mesmas especificações técnicas. Todos os materiais fornecidos deverão atender às especificações técnicas constantes no Edital, respeitando modelo, tipo e fabricante indicados na proposta da Contratada.



7.4. DAS SUBSTITUIÇÕES

a) As substituições têm como finalidade garantir a modernização e a eficiência do parque de iluminação pública, bem como proporcionar economicidade nas contas de energia. Caberá à Contratada realizar a atualização do parque de iluminação, mantendo-o conforme os padrões estabelecidos neste Termo de Referência, responsabilizando-se integralmente pelo fornecimento de mão de obra, materiais e pela atualização cadastral junto à concessionária de energia.

b) Todas as substituições de luminárias deverão ser aprovadas pela fiscalização sendo ela definir as localidades que serão implantadas as luminárias de 60W ou 90W, cabendo a Contratada apenas apresentar estudos de eficiência luminosa que auxiliam a fiscalização.

8. MEIO AMBIENTE – DESTINAÇÃO DOS MATERIAS RETIRADOS

a) A Contratada deverá atender toda legislação ambiental, pertinente, destinando os materiais e equipamentos refugados e agressivos ao meio ambiente, devidamente embalados a coleta por entidade devidamente credenciada e habilitada à reciclagem e descontaminação desses materiais;

b) A formalização dessas retiradas será por meios fiscais, tanto para baixa no almoxarifado como para contabilidade ambiental da empresa gestora, devendo o descarte cumprir todas as exigências e determinações previstas na legislação: Resolução nº 307; CONAMA, NBR 15112, NBR 15113, NBR 15114 e outras vigentes à época da execução dos serviços previstos no contrato;

c) O descarte das lâmpadas segue os direcionamentos da Norma NBR 10.004 – ABNT, O mercúrio, pelo seu potencial de migrar para o ambiente e classificado como Resíduo Classe -1 – Perigoso, é substância tóxica e deve ser tratada como tal.

9. REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS

a) A remuneração dos serviços executados pela Contratada será mensal mediante o envio de relatório fotográfico de cada atendimento e pertinente a todas as atividades relativas à Manutenção do Parque de Iluminação Pública como disposto neste termo de referência, e será calculada pela multiplicação do preço unitário por ponto luminoso, valor este proposto após orçamento com 03 (três) empresas especializadas, obtendo o valor de R\$ 30 reais (trinta reais), multiplicado pelo número total de pontos luminosos existentes no Sistema de Iluminação pública do município (1.511), totalizando um valor mensal de R\$ 45.330,00 (quarenta e cinco mil e trezentos e trinta reais), conforme analisados orçamentos em anexos, acatando o preço médio.

b) O E para tanto, será considerado UNIDADE DE IP (ponto luminoso), o conjunto completo, constituído por uma luminária ou projetor e acessórios indispensáveis ao seu funcionamento. Em poste com mais de uma luminária, cada luminária é considerada uma UNIDADE DE IP.

c) O sistema de IP do município, perfaz um total aproximado de 1.511 pontos luminosos, respeitando a tabela de potência das lâmpadas, conforme informações fornecidas pela concessionária ELEKTRO.

d) A caracterização do ponto luminoso contempla os dados técnicos dos equipamentos que o compõem, com as seguintes especificações mínimas:

- Número do ponto;
- Nome do logradouro;
- Bairro;
- Transversais;
- Ponto de referência;
- Características do poste;
- Características do braço;
- Tipo de luminária;
- Características do relé;
- Lâmpada (tipo e potência);
- Características do reator associado
- Características dos acessórios do ponto luminoso.

e) A manutenção da IP, com o fornecimento de materiais homologados pelo município atendendo as NORMAS TÉCNICAS tais como: Luminárias, braços, lâmpadas, reatores, reles fotoelétricos e periféricos no Sistema de IP do município, englobando o gerenciamento, operação que envolve o sistema de manutenção corretiva da rede IP, e também as demais atividades associadas ao atendimento das necessidades do município.



10. VALORES A SEREM ATENDIDOS

a) Os valores totais a serem contratados, abrangendo o item de manutenção com remuneração mensal e o item de implantação, destinados ao registro de preços para execução de extensões de rede de iluminação pública quando necessárias e pertinentes a este município, totalizam R\$ 579.184,00 (Quinhentos e setenta e nove mil, cento e oitenta e quatro reais).

11. COMPOSIÇÃO DOS PREÇOS



PREFEITURA DE
SETE BARRAS
OURO VERDE DO VALE
PLANEJAMENTO, OBRAS E PROJETOS

1.0 MANUTENÇÃO							R\$ 579.184,00		
1.1	ORÇAMENTO		Prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva em sistema de iluminação pública, para 1511 (um mil quinhentos e onze) pontos de iluminação na área urbana e rural em Sete Barras/SP, com fornecimento de materiais a serem utilizados e demais custos pertinentes ao objeto, pelo período de 12 (doze) meses.	MES	1511 X 12	30	Valor Mensal, 45330,00	R\$	543.960,00
1.2	SINAP	98532	PODA EM ALTURA DE ÁRVORE COM DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 0,20 M. AF_03/2024	UND.	800,00	35,51	44,03	R\$	35.224,00
TOTAL							R\$ 579.184,00		

a) Os itens foram orçados com base nas tabelas de referência do SINAP e da CDHU, excetuando-se o item 1.1, que foram definidos a partir de levantamento de mercado mediante a obtenção de 03 (três) orçamentos distintos, em conformidade com os princípios da legislação vigente e respeitando os critérios de economicidade e transparência da Administração Pública.

12. MEDIÇÃO

12.1. MEDIÇÃO DO ITEM 1.1 PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

a) A medição do item de manutenção será realizada mensalmente tomando como parâmetro a quantidade de Ordens de Serviço válidas emitidas pela Fiscalização e efetivamente concluídas pela Contratada no período sendo o pagamento proporcional ao desempenho da execução aplicando-se a fórmula Valor a pagar no mês = Valor mensal do item × (OS concluídas ÷ OS emitidas) onde OS emitidas corresponde ao total de Ordens de Serviço válidas geradas pela Fiscalização no mês excluídas as canceladas ou suspensas por motivo justificado e OS concluídas corresponde ao total de Ordens de Serviço finalizadas pela Contratada dentro do período de medição com comprovação por relatório fotos antes e depois e registro de materiais aplicados o pagamento integral somente ocorrerá se houver 100% de atendimento das OS emitidas caso contrário o valor será proporcional ao índice de execução por exemplo se a Contratada concluir 80% das Ordens de Serviços, fará jus a 80% do valor do item no período.

12.2. MEDIÇÃO DO ITEM "1.2" – PODA

a) A medição do item 1.2. - PODA, será realizada de acordo com os serviços efetivamente executados e previstos na planilha orçamentária sendo o pagamento devido somente após a entrega da obra em pleno funcionamento e a emissão do termo de aceite e recebimento pela Fiscalização permanecendo sob inteira responsabilidade da Contratada a garantia da obra executada nos prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência.

13. CRITÉRIOS TÉCNICOS DE AVALIAÇÃO

13.1. Definição dos critérios técnicos e de acompanhamento e avaliação dos serviços executados, de modo a permitir à prefeitura municipal, verificar e aferir a qualidade dos serviços. Cada critério tem uma definição, um modo e uma periodicidade de cálculo definida nos itens a seguir:

- Qualidade da manutenção;
- Qualidade na continuidade da manutenção;
- Qualidade da intervenção na Rede de Iluminação;
- Feedback entre municípios e Prefeitura.

• **Qualidade da Manutenção:** A avaliação da QM, que se dará a partir de 90 (noventa) dias do início da operação, tem como objetivo verificar se a limpeza e o atendimento aos pontos de iluminação atendidos estão sendo efetuados em concordância com a Contratada. Os pontos de controle serão relativos à limpeza do refletor ou da Luminária, estado das Luminárias em operação e o estado em que se encontra a lâmpada acesa ou apagada e será medida de acordo com os seguintes itens de controle:



- Número máximo de luminárias sujas: 10% do total da amostra;
- Número máximo de luminárias defeituosas: 2% do total da amostra;
- Número máximo de lâmpadas acesas durante o dia: 2% do total da amostra

• **Qualidade da Continuidade da Iluminação:** A avaliação da QCL tem como objetivo verificar se a substituição das lâmpadas está sendo efetuada como previsto no contrato que será avaliada durante a vistoria de inspeção em amostras escolhidas pela Fiscalização da Prefeitura. O conjunto de pontos de iluminação dispostos em sequência continua localizado (s) em bairros ou áreas definidas pela prefeitura. A QCI é medida de acordo com os seguintes itens de Controle (máximo aceitável). Pontos apagados à noite simultaneamente: 5% do total da amostra;

• **Qualidade da Intervenção na Rede de Iluminação:** A avaliação da qualidade da Intervenção na Rede de iluminação (QIR) diz respeito aos prazos de intervenção em relação aos tipos de panes possíveis e são assim definidos:

• **Pane Geral ou Setor:** É a causada pela falta de energia por parte da Concessionária. Neste caso, a Contratada identifica o problema e, de imediato, aciona a prefeitura. Para que esta possa adotar as medidas cabíveis. Esse tipo de pane não tem prazo preestabelecido para a correção por parte da Contratada, uma vez que independe da sua ação direta e sim da Concessionária.

- Três pontos luminosos ou mais, consecutivos, simultaneamente com defeito num mesmo logradouro: A contratada deverá efetuar o conserto no prazo de 06 horas após o recebimento da chamada.

- Em quaisquer dos casos estabelecidos, se o conserto necessitar de uma intervenção de manutenção "pesada", a Contratada deverá informar, no final dos prazos para conserto estabelecidos naqueles subitens, a Fiscalização da Prefeitura, e apresentar-lhe a programação correspondente a correção.

14. COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES

14.1. A Contratada deverá possuir em seu patrimônio, as ferramentas, máquinas, equipamentos e veículos operacionais adequados à execução dos serviços contratados. Num prazo de 03 (três) dias, da assinatura do Contrato, a Contratada deverá apresentar:

- a) Equipamentos (veículos e equipamentos) compatíveis para a prestação dos serviços referentes ao objeto contratado.
- b) Engenheiro Eletricista, ou equivalente, contratado e responsável técnico pela condução dos trabalhos.

15. OUTRAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1. Além das obrigações descritas em contrato, a Contratada deverá ainda se responsabilizar por:

- a) Promover a permanente manutenção dos equipamentos integrantes do Sistema de Iluminação Pública da Prefeitura;
- b) Promover dentro do processo de operação e manutenção das instalações, a substituição dos materiais e equipamentos para elidir todas as degradações ou deteriorações parciais ou completas das instalações ou de seus componentes do Sistema de Iluminação Pública;
- c) Que terceiros identificados ou não venham causar, com danos diretos ou indiretos, atos de vandalismo ou outros acontecimentos;
- d) Promover meios para assegurar o cumprimento das metas de otimização do parque de IP do município, conforme estabelecido no Contrato;
- e) Manter em elevado nível de cortesia e eficiência, o relacionamento permanente com os usuários do Sistema;
- f) Promover, de forma continuada, treinamento, qualificação e reciclagem técnica- comportamental dos colaboradores contratados. No que se refere a situações extraordinárias e não conformidades identificadas, a Contratada deverá informar a Administração, por escrito, para que possa analisar e deliberar sobre a demanda apresentada.

16. FORMA DE EXECUÇÃO

16.1. O objeto do presente certame, em se tratando de manutenção corretiva, será executado de acordo com as solicitações da Prefeitura Municipal de Sete Barras, por meio da Secretaria de Planejamento, Obras e Projetos que serão atendidas através das indicações das localidades para a execução da troca ou reparo dos conjuntos de Iluminação.

16.2. No caso da manutenção preventiva, fica o prestador de serviço responsável pelo planejamento, controle e execução e este deverá informar a Prefeitura mensalmente sobre o mapeamento das áreas do Parque de Iluminação Pública e as manutenções realizadas.



PREFEITURA DE SETE BARRAS
"O OURO VERDE DO VALE"

TABELA DE POTÊNCIA DAS LUMINÁRIAS INFORMADAS PELA ELEKTRO QUE COMPÕEM O PARQUE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

TIPO	QUANT.	POTÊNCIA LÂMPADA (W)	POTÊNCIA REATOR W
VS-70-1	56	70	14
VS-100-1	86	100	17
VS-150-1	12	150	22
LED 40W	02	40	
LED 100W	140	100	
LED 120	294	120	
LED 150	670	150	
LUMINÁRIAS EM PRAÇAS E PARQUES	253	50/80/100/120/150	
TOTAL	1.511		



PREFEITURA DE SETE BARRAS
"O OURO VERDE DO VALE"

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE SETE BARRAS

Prezados Senhores:

Apresentamos pelo presente TERMO DE PROPOSTA COMERCIAL, as condições para a aquisição do certame licitatório referido acima, conforme valores dispostos na tabela abaixo, compondo o valor global da nossa proposta de R\$ (_____), atendendo a todas as especificações detalhadas na Planilha Orçamentária (Anexo I do Edital):

ITEM	OBJETO	V. TOTAL GLOBAL (R\$)
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA, PREVENTIVA, PODA DE ARVORES E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, ABRANGENDO 1.511 PONTOS DE ILUMINAÇÃO, LOCALIZADOS NAS ÁREAS URBANA E RURAL NO MUNICÍPIO DE SETE BARRAS/SP.	

RAZÃO SOCIAL: _____

CNPJ: _____ INSC. EST.: _____ INSC. MUN.: _____

ENDEREÇO: _____ CEP: _____

TELEFONE: (____) _____ E-MAIL: _____

- O Prazo de validade da presente proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data da abertura dos envelopes.
- Pela presente proposta, colocamos nossa empresa a disposição do Órgão, estando dispostos a iniciarmos a prestação de serviços, nos termos e condições estabelecidos no Edital.
- Pela presente proposta, aceitamos as condições de pagamento, nos termos do edital.
- Eu, (nome completo e qualificação do representante legal da empresa), RG nº _____, CPF/MF n.º _____, _____ (ou cargo / função na empresa), DECLARO pela apresentação da presente proposta, sob as penalidades legais, em nome da empresa (razão social da empresa, CNPJ/MF n.º _____, Inscrição Estadual n.º _____ e endereço da sede), pela apresentação da presente proposta, que nos preços dispostos acima, encontram-se incluídos, além do lucro, todos os custos diretos e indiretos, bem como quaisquer outras despesas, inclusive as relativas pagamento transporte das mercadorias até o local de entrega estabelecido pela CONTRATANTE, impostos, tributos de qualquer natureza e todas as demais despesas relacionadas com o fornecimento das mercadorias constantes de nossa proposta, objeto da presente licitação; bem como efetuaremos a substituição imediata e totalmente às nossas expensas, caso o produto apresente qualquer avaria durante o transportes, ou qualquer outra divergência quanto ao item cotado em nossa proposta.

Local e data _____ .

Assinatura do Representante .
Razão Social da Empresa
Nome Completo do Representante da Empresa



ANEXO III

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 008/2026

Aos ____ dias do mês de _____ do ano de 2.026, na cidade de Sete Barras, Estado de São Paulo, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE SETE BARRAS**, pessoa jurídica de direito público sito à rua José Lopes, nº 35, centro, Sete Barras/SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 46.587.275/0001-74, representada neste ato pelo Secretário Municipal de Planejamento, Obras e Projetos, Sr. RENAN GUSTAVO DE OLIVEIRA, portador do CPF/MF sob nº 741.680.451-53, doravante denominada **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa _____, sito à _____ inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, representada neste ato pelo(a) Sr.(a) _____, inscrito(a) no CPF/MF sob o nº _____, (cargo que ocupa na empresa), doravante denominada **CONTRATADA** para proceder nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e demais legislação aplicável, em face da classificação das propostas apresentadas na Concorrência Presencial nº 008/2026 - Processo Administrativo nº 302/2026, resultado da licitação, publicado no Diário Oficial e Homologado pela Autoridade Competente, firmam o presente contrato mediante as cláusulas e condições que reciprocamente outorgam e aceitam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente instrumento de Contrato tem por objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA, PREVENTIVA, PODA DE ARVORES E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, ABRANGENDO 1.511 PONTOS DE ILUMINAÇÃO, LOCALIZADOS NAS ÁREAS URBANA E RURAL NO MUNICÍPIO DE SETE BARRAS/SP, conforme especificações e condições constantes, que integram o edital que deu origem a presente formalização, conforme itens, preços e marcas constantes da presente Contrato, nos termos e condições negociados a partir da proposta comercial da licitante; sendo que os documentos citados acima passam a ser parte integrante do presente instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO RECURSO FINANCEIRO

2.1. A despesa decorrente do presente procedimento licitatório serão arcadas com recursos financeiros, na dotação abaixo discriminada:

UNIDADE EXECUTORA 02.02.02 – FUNDO MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA; FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 25.7520004.2024 – MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA; ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO

3.1. O valor total da contratação é de R\$ _____ (_____).

3.2. Os preços unitários constam da Planilha Orçamentária integrante da Proposta Comercial da CONTRATADA, documentos que compõem os autos da Concorrência Presencial nº 008/2026.

3.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

4. O Contrato permanecerá válido por um período de 12 (doze) meses, contados da data especificada na "Ordem de Início dos Serviços"; na forma do artigo 105 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como o prazo de execução da obra deverá seguir rigorosamente o cronograma, contados da data especificada na "Ordem de Início dos Serviços".

4.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa da CONTRATADA, previstas neste instrumento.

4.1.2. Desta forma, em conformidade ao § 4º do artigo 91 da Lei Federal nº 14.133/2021, "antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal da CONTRATADA, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo".



CLÁUSULA QUINTA - DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DO OBJETO DA LICITAÇÃO

5.1. Para a execução dos serviços contratados, a CONTRATADA deverá disponibilizar profissionais habilitados, que garantam a exatidão e a qualidade dos serviços realizados, sob pena da aplicação das sanções contratuais previstas, pelo não cumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas contratuais.

5.1.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer todos os equipamentos, utensílios e mão-de-obra qualificada, necessários à execução dos serviços, bem como todas as despesas com transportes, seguros, equipamentos de segurança, impostos e/ou taxas e com outras pertinentes correrão por conta da CONTRATADA, que responderá pela realização dos serviços, independentemente da manifestação da fiscalização exercida pela Secretaria da CONTRATANTE, sendo condição obrigatória para a realização dos respectivos pagamentos.

5.1.2. O objeto da presente licitação será recebido como "de acordo" pelo responsável pela Secretaria Municipal de Planejamento, Obras e Projetos, que se utilizarão dos serviços, ao aplicar o carimbo e assinatura no verso da Nota Fiscal, referente ao faturamento dos serviços realizados.

5.1.3. Constatadas irregularidades na execução do objeto contratual a CONTRATANTE poderá:

- a) Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- b) Na hipótese de substituição, no todo ou em parte a CONTRATADA deverá fazê-lo em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 02 (dois) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;
- c) Se disser respeito à diferença quantitativa ou qualitativa, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- d) Na hipótese de complementação a CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade com a indicação da CONTRATANTE, no prazo máximo de 02 (dois) dias contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

CLÁUSULA SEXTA - DA EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

6.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1. Será permitido a subcontratação de 30% dos serviços, com autorização prévia da CONTRATANTE, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto a ser subcontratado nos termos do art. 122 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.2. A não observância dos itens da subcontratação sem a prévia autorização do ordenador de despesa do Contrato constitui motivo para penalização da CONTRATADA, não obstante a extinção do Contrato, se for o caso.

CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA DO CONTRATO

8.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do artigo 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do Contrato.

8.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do Contrato, permanecendo em vigor mesmo que a CONTRATADA não pague o prêmio nas datas convencionadas.

8.3. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

8.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da CONTRATANTE, em conta específica informada pela CONTRATANTE com correção monetária.

8.5. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

8.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

8.7. No caso de alteração do valor do contrato ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

8.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis contados da data em que for notificada.



- 8.9. A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 8.10. O emitente da garantia ofertada pela CONTRATADA deverá ser notificado pela CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (artigo 137, §4º, da Lei Federal nº 14.133/2021).
- 8.11. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do artigo 20 da Circular Susep nº 662 de 11 de abril de 2022.
- 8.12. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 8.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.
- 8.14. A CONTRATADA autoriza a CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.
- 8.15. Além da garantia de que tratam os artigos 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, a presente contratação possui previsão de garantia contratual do bem a ser fornecido, incluindo manutenção e assistência técnica, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 8.15.1. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência.

CLÁUSULA NONA - DOS PRAZOS

- 9.1. A CONTRATANTE convocará formalmente a vencedora desta Concorrência para assinar o contrato no prazo de 05 (cinco) dias contados da sua efetiva intimação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 90 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela interessada durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela CONTRATANTE.
- 9.3. É facultado à administração, quando a empresa convocada não assinar o termo de contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar a CONTRATADA, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas para a primeira classificada, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou então revogar a licitação independentemente da cominação prevista no artigo 90 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 9.4. Decorridos 60 (sessenta) dias da data da entrega das propostas, sem convocação para a contratação, fica a licitante liberada dos compromissos assumidos.
- 9.5. A CONTRATADA deverá dar início à execução da obra no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da data de recebimento da Ordem de Início dos Serviços, expedida pela Secretaria Municipal de Planejamento, Obras e Projetos.
- 9.6. O prazo total de execução da obra será de 12 (doze) meses, a contar da data do recebimento da "Ordem de Início do Serviço" expedida pela Secretaria Municipal de Planejamento, Obras e Projetos, podendo tal prazo ser prorrogado a critério exclusivo da CONTRATANTE, até que seja concluída a obra, em caso de atraso devidamente justificado, sem que caiba pagamento adicional à CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO DE PRAZOS

- 10.1. Os prazos de início e término dos serviços poderão ser prorrogados, por aditivo contratual, se comprovadamente ocorrerem as circunstâncias a seguir descritas:
- alteração de projeto ou de especificações pela CONTRATANTE;
 - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do Contrato;
 - interrupção da execução do Contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da CONTRATANTE;
 - aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos no artigo 125, Lei Federal 14.133/2021 e suas alterações;
 - impedimento de execução do Contrato por fato ou ato de terceiro, reconhecido pela CONTRATANTE em documento contemporâneo a sua ocorrência;
 - omissão ou atraso de providências a cargo da CONTRATANTE, inclusive quanto aos pagamentos previstos, de que resulte diretamente impedimento ou retardamento na execução do Contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicadas aos responsáveis.



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FORMA DE PAGAMENTO

11.1. A CONTRATADA não poderá protocolizar a Nota Fiscal ou Fatura antes do recebimento e conferência da medição, como "de acordo" por parte da fiscalização exercida pela Secretaria Municipal de Planejamento, Obras e Projetos da CONTRATANTE. A Nota Fiscal/Fatura emitida pela CONTRATADA deverá ser entregue na Secretaria Municipal de Planejamento, Obras e Projetos para o seu ateste de acordo com a medição apresentada.

11.2. O pagamento de cada Nota Fiscal será efetuado em até 30 (trinta) dias após a prestação dos serviços.

11.3. O pagamento será efetuado através de crédito em conta corrente da CONTRATADA a ser informada junto com a documentação de sua proposta.

11.4. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA e seu vencimento ocorrerá obedecendo ao prazo acima citado.

11.5. Caso o dia do pagamento coincida com sábados, domingos, feriados, ou pontos facultativos, o mesmo será efetuado no 1º (primeiro) dia útil subsequente sem qualquer incidência de correção monetária.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REAJUSTE DE PREÇOS

12.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do artigo 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

13.1. São **obrigações** da **CONTRATANTE**:

- a) exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA de acordo com o instrumento convocatório e seus anexos;
- b) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- c) notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, as suas expensas;
- d) acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;
- e) comunicar a CONTRATADA para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o artigo 143 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- f) efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;
- g) aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na lei e no instrumento convocatório;
- h) cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA;
- i) explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- j) notificar os emitentes das garantias se houver, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (4º do artigo 137, da Lei Federal nº 14.133/2021).

13.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

13.3. São **obrigações** da **CONTRATADA**:

13.3.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes do instrumento convocatório e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- a) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078 de 1990);
- b) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do Contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;



- c) responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- d) atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do Contrato ou Autoridade Superior (artigo 137, II, da Lei Federal nº 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- e) indicar preposto para representá-lo durante a execução do Contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do Contrato;
- f) manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- g) responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante e não poderá onerar o objeto do Contrato;
- h) cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (artigo 116, da Lei Federal nº 14.133/2021);
- i) paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- j) guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;
- k) arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no artigo 124, II, d, da Lei Federal nº 14.133/2021; e
- l) cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO INÍCIO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

14.1. A licitante vencedora uma vez CONTRATADA, se obriga a dar início aos serviços objeto da presente licitação, num prazo de no máximo, 05 (cinco) dias a contar da data de ciência pela CONTRATADA da Autorização de Início dos Serviços, emitida pela fiscalização da CONTRATANTE.

14.2. O prazo de execução dos serviços objeto da presente licitação deverá obedecer o cronograma, a contar da data de ciência pela CONTRATADA da Autorização de Início dos Serviços, emitida pela fiscalização da CONTRATANTE.

14.3. Para a execução dos serviços contratado, a licitante vencedora deverá disponibilizar profissionais habilitados, equipamentos em boas condições e materiais de 1ª (primeira) qualidade, de forma a garantir a exatidão e a qualidade dos serviços realizados, sob pena da aplicação das sanções contratuais previstas, pelo não cumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. A CONTRATADA será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.



15.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a CONTRATANTE;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.4. A sanção prevista alínea "a" do item 15.2, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

15.5. A sanção prevista alínea "b" do item 15.2, calculada na forma do Contrato, será de 15% (quinze por cento) do valor do contrato celebrado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.6. A sanção prevista alínea "c" do item 15.2 deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da CONTRATANTE pelo prazo de 03 (três) anos.

15.7. A sanção prevista alínea "d" do item 15.2. deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 15.2. "c", e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.

15.8. A sanção estabelecida alínea "d" do item 15.2 deste termo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

- a) quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva da Autoridade Competente.

15.9. As sanções previstas nos incisos "a", "c" e "d" do item 15.2. deste termo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista alínea "b" do mesmo item.

15.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

15.11. A aplicação das sanções previstas no item 15.2 não exclui em hipótese alguma a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

15.12. Na aplicação da sanção prevista alínea "b" do item 15.2. deste termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.13. A aplicação das sanções previstas nas alíneas "c" e "d" do item 15.2. requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 02 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a CONTRATADA para no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

16.1. Conforme o artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

- a) não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- b) desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por Autoridade Superior;
- c) alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o Contrato;
- d) decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento da CONTRATADA;
- e) caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato;
- f) atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- g) atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- h) razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;



i) não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

16.2. A CONTRATADA terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

- a) supressão, por parte da CONTRATANTE, dos serviços que acarrete modificação do valor inicial do Contrato além do limite permitido no artigo 125 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- b) suspensão de execução do Contrato, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 03 (três) meses;
- c) repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
- d) atraso superior a 02 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela CONTRATANTE por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;
- e) não liberação pela CONTRATANTE, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à CONTRATANTE, relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

16.3. As hipóteses de extinção a que se referem as alíneas "b", "c" e "d" do item 16.1. Observarão as seguintes disposições:

- a) não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que a CONTRATADA tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;
- b) assegurarão à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, na forma da alínea "d" do inciso II do caput do artigo 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.4. Os emitentes das garantias previstas no artigo 96 da Lei Federal nº 14.133/2021 deverão ser notificados pela CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

16.5. A extinção do Contrato poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- b) consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da CONTRATANTE;
- c) determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

16.6. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

16.7. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, a CONTRATADA será ressarcida pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

- a) devolução da garantia;
- b) pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data de extinção;
- c) pagamento do custo da desmobilização.

16.8. A extinção determinada por ato unilateral da CONTRATANTE poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, as seguintes consequências:

- a) assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da CONTRATANTE;
- b) ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do Contrato e necessários a sua continuidade; execução da garantia contratual para;
- c) ressarcimento da CONTRATANTE por prejuízos decorrentes da não execução;
- d) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
- e) pagamento das multas devidas à CONTRATANTE;
- f) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do Contrato pela seguradora, quando cabível;
- g) retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE e das multas aplicadas.



CLAUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO

17.1. A fiscalização e acompanhamento do objeto contratado ficará a cargo do Sr. _____ da Secretaria Municipal de Planejamento, Obras e Projetos, por meio do gestor do contrato previamente designado, a quem compete verificar se a empresa está executando corretamente a prestação dos serviços, obedecendo ao Termo de Referência, o Contrato e aos demais documentos que o integram.

17.2. A empresa sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE.

17.3. A fiscalização será exercida no âmbito dos interesses da CONTRATANTE e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e/ou prepostos. Qualquer exigência da fiscalização inerente ao objeto e termos do presente instrumento deverá ser prontamente atendida pela CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE.

17.4. Verificada a ocorrência da irregularidade injustificada no cumprimento do contrato a fiscalização indicada pela CONTRATANTE adotará as providências legais e contratuais cabíveis, inclusive quanto à aplicação de penalidades, quando for o caso.

17.5. A CONTRATADA obriga-se a permitir à fiscalização da CONTRATANTE, acesso a toda documentação pertinente e todos os dados, elementos e espaços físicos referentes à prestação dos serviços/fornecimento de bens, sempre que solicitado.

17.6. Compete ainda à fiscalização da CONTRATANTE, elaborar as justificativas para instrução dos procedimentos que resultarem em Termos Aditivos (no caso de utilização de contrato) e as justificativas e fundamentações de quaisquer outros instrumentos de alteração contratual, bem como sugerir normas e orientações visando o exato cumprimento deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DOS CASOS OMISSOS

18.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078 de 1990 - Código de Defesa do Consumidor e normas e princípios gerais dos contratos.

18.2. Cabe ressaltar que no Acórdão n.º 2569/2018 – Plenário o TCU concluiu que *“A Administração Pública pode invocar a Lei 8.078/1990 (CDC), na condição de destinatária final de bens e serviços, quando suas prerrogativas estabelecidas na legislação de licitações e contratos forem insuficientes para garantir a proteção mínima dos interesses da sociedade [...]”*.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS ALTERAÇÕES

19.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

19.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato (quando da utilização de contrato).

19.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do artigo 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA PUBLICAÇÃO

20.1. Incumbirá à CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no artigo 94 da Lei Federal nº 14.133 de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao artigo 8º, §2º, da Lei Federal nº 12.527, de 2011 e artigo 9º do Portaria Municipal nº 102/2025 de 21 de janeiro de 2025.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

21.1. A CONTRATADA desempenhará os serviços e entregará com todo zelo, diligência e honestidade, observada a legislação vigente, devendo respeitar ainda, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, Lei Federal nº 13.709 de 14 de agosto de 2018, pelo que se compromete a não divulgar, por nenhum meio, os dados pessoais a que teve acesso em virtude do presente Contrato, sob pena de responder pelos danos ocasionados pela sua divulgação, mau uso, perda, extravio ou inutilização, salvo comprovado caso fortuito ou força maior, mesmo se tal ocorrer por ação ou omissão de seus prepostos ou quaisquer pessoas que a eles tenham acesso.



PREFEITURA DE SETE BARRAS
"O OURO VERDE DO VALE"

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO FORO

22.1. Fica eleito o FORO DA COMARCA DE REGISTRO/SP, excluído qualquer outro, ainda que privilegiado, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Instrumento que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme artigo 92, §1º da Lei Federal nº 14.133/2021.

E por estarem de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou-se o presente instrumento de Contrato, o qual, após lido e achado conforme, vai assinado pelas partes: CONTRATANTE, CONTRATADA e TESTEMUNHAS.

Sete Barras, _____ de _____ de 2.026.

Pela CONTRATANTE:

Nome do Secretário

TESTEMUNHAS:

Nome Completo

Pela CONTRATADA:

(Nome da empresa vencedora da licitação)
(Responsável pela empresa vencedora da licitação)

Nome Completo

VISTO E APROVADO PELA ASSESSORIA



PREFEITURA DE SETE BARRAS
"O OURO VERDE DO VALE"

ANEXO IV

MODELO DE CREDENCIAMENTO DO REPRESENTANTE DA LICITANTE

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE SETE BARRAS

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 008/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 302/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA, PREVENTIVA, PODA DE ARVORES E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, ABRANGENDO 1.511 PONTOS DE ILUMINAÇÃO, LOCALIZADOS NAS ÁREAS URBANA E RURAL NO MUNICÍPIO DE SETE BARRAS/SP.

A (nome da empresa licitante), inscrita no CNPJ/MF sob n.º _____ por seu representante legal (nome e qualificação do representante legal – conforme documento ANEXO), credencia como seu representante o Sr. _____, RG. Nº _____, CPF/MF nº _____, para em seu nome participar do certame em epígrafe, conferindo-lhe poderes específicos para formular lances, negociar preços, interpor recursos e desistir de sua interposição, e praticar todos os demais atos inerentes ao certame, na sessão pública de processamento da Concorrência.

(LOCAL E DATA)

(REPRESENTANTE LEGAL)



PREFEITURA DE SETE BARRAS
"O OURO VERDE DO VALE"

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE SETE BARRAS

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 008/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 302/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA, PREVENTIVA, PODA DE ARVORES E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, ABRANGENDO 1.511 PONTOS DE ILUMINAÇÃO, LOCALIZADOS NAS ÁREAS URBANA E RURAL NO MUNICÍPIO DE SETE BARRAS/SP.

A _____ (nome da empresa licitante), inscrita no CNPJ/MF sob n.º _____ por seu representante legal _____ (nome e qualificação do representante legal), vem pela presente, apresentar a V. Senhoria, nossa documentação referente à licitação em epígrafe e DECLARAMOS que atendemos todos os requisitos de Habilitação, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que tiverem sido cometidos quando da preparação da mesma, não havendo fato impeditivo à nossa habilitação.

Local, _____ de _____ de 2026

Representante legal
(com carimbo da Empresa)

(DEVE SER EMITIDO EM PAPEL QUE CONTENHA A DENOMINAÇÃO OU RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA LICITANTE)



PREFEITURA DE SETE BARRAS
"O OURO VERDE DO VALE"

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE SETE BARRAS

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 008/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 302/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA, PREVENTIVA, PODA DE ARVORES E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, ABRANGENDO 1.511 PONTOS DE ILUMINAÇÃO, LOCALIZADOS NAS ÁREAS URBANA E RURAL NO MUNICÍPIO DE SETE BARRAS/SP.

A empresa _____ (nome da empresa licitante), inscrita no CNPJ/MF sob n.º _____ com sede à rua _____ (endereço completo da licitante), por seu representante legal _____ (nome e qualificação do representante legal), para fins de participação no procedimento licitatório do Concorrência Presencial nº 008/2026, e em cumprimento à legislação e regulamentos vigentes, aos quais se submete, DECLARA que:

1. Inexiste fato impeditivo quanto à sua habilitação;
2. Não foi declarada inidônea pelo Poder Público em nenhuma esfera de Governo, não estando impedida de contratar com a Administração Pública, direta ou indireta;
3. Não mantemos vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade Contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
4. Não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista;
5. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
6. Cumpre as normas relativas à saúde, a segurança e a higiene no trabalho de seus empregados, excluindo no que se refere a este aspecto, quaisquer responsabilidades que eventualmente possam recair sobre o Município de Sete Barras;
7. Tomou conhecimento de todas as informações e especificações do Edital, e que aceita as condições nele estabelecidas, para o fiel cumprimento das obrigações do objeto da licitação;
8. Examinou todos os documentos apresentados, bem como as especificações técnicas, tendo tomado conhecimento do grau de dificuldade e complexidade do objeto, bem como está ciente de que não poderá alegar desconhecimento para posterior alteração dos preços propostos, ou modificação nas especificações para o cumprimento integral do objeto da presente licitação;
9. Nossas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

Responsável (is) _____
que assinará (ão) o Termo de Contrato, cargo que ocupa(m), e, se procurador o instrumento de mandato.

CPF/MF Nº _____ RG Nº _____

Endereço completo _____

Nº conta corrente/pessoa jurídica _____ Agência _____ Banco _____

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração:

Local, _____ de _____ de 2.026

Assinatura do Representante
Razão Social da Empresa
Nome Completo do Representante da Empresa

(DEVE SER EMITIDO EM PAPEL QUE CONTENHA A DENOMINAÇÃO OU RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA LICITANTE)



PREFEITURA DE SETE BARRAS
"O OURO VERDE DO VALE"

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE SETE BARRAS

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 008/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 302/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA, PREVENTIVA, PODA DE ARVORES E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, ABRANGENDO 1.511 PONTOS DE ILUMINAÇÃO, LOCALIZADOS NAS ÁREAS URBANA E RURAL NO MUNICÍPIO DE SETE BARRAS/SP.

Declaro, sob penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa _____ (denominação da pessoa jurídica), CNPJ/MF nº _____, é Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte), nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e na Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório do Concorrência Presencial nº 008/2026, realizado pela Prefeitura Municipal de Sete Barras.

Por ser verdade, firmamos o presente sob as penas da Lei.

Local, _____ de _____ de 2026

Nome e assinatura do representante legal
(carimbo da empresa)

Atesto para os devidos fins, que as declarações acima são verdadeiras.

OBS: A DECLARAÇÃO DEVERÁ VIR ACOMPANHADA DE DOCUMENTO COMPROVANDO O SEU ENQUADRAMENTO.



PREFEITURA DE SETE BARRAS
"O OURO VERDE DO VALE"

ANEXO VIII

MODELO DE TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SETE BARRAS

CONTRATADA: _____

TERMO DE CONTRATO N°: _____

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA, PREVENTIVA, PODA DE ARVORES E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, ABRANGENDO 1.511 PONTOS DE ILUMINAÇÃO, LOCALIZADOS NAS ÁREAS URBANA E RURAL NO MUNICÍPIO DE SETE BARRAS/SP.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela Contratante e e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Sete Barras, ____ de _____ de 2.026



PREFEITURA DE SETE BARRAS
"O OURO VERDE DO VALE"

AUTORIDADE MÁXIMA DO ORGÃO COMPETENTE:

NOME: ÍTALO DONIZETH COSTA ROBERTO
CARGO: PREFEITO MUNICIPAL
CPF/MF: 454.601.028-12

RESPONSÁVEL PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME DE LICITAÇÃO

NOME: ÍTALO DONIZETH COSTA ROBERTO
CARGO: PREFEITO MUNICIPAL
CPF/MF: 454.601.028-12

ASS: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

PELA CONTRATANTE:

NOME:
CARGO:
CPF/MF:

ASS: _____

PELA CONTRATADA:

NOME:
CARGO:
CPF/MF:

ASS: _____

ORDENADOR DE DESPESA DA CONTRATANTE:

NOME:
CARGO:
CPF/MF:

ASS: _____

GESTOR DO TERMO DE CONTRATO:

NOME:
CARGO:
CPF/MF:

ASS: _____
